

E.E.M. Guilhermina Guinle

Projeto Político Pedagógico



2023/2024



**Educação não
transforma o mundo.
Educação muda
as pessoas.
Pessoas transformam
o mundo.**

PAULO FREIRE

“ PENSADOR

ÍNDICE

Histórico

Perfil da escola

Missão da Escola

Metas

Objetivos

Fundamentação teórica

Organização Funcional da Escola

Estrutura da Escola

Determinações Regimentais

Gestão Escolar

Conselho Escolar

Atendimento na Sala de Recursos Multifuncionais

Programas e Projetos Desenvolvidos na Escola

Tecnologias na Prática pedagógica

Alimentação Escolar

Parcerias

Acompanhamento e Avaliação do PPP

Referências Bibliográficas

Anexos

HISTÓRICO

Entidade mantenedora:

Prefeitura Municipal de Três Rios Secretaria Municipal de Educação

Decreto de criação nº939 de 24/04/1964

Decreto de municipalização: nº939 de 23/04/1996

A Escola Estadual Municipalizada Guilhermina Guinle, foi construída e doada ao Governo do Estado na gestão do Governador Amaral Peixoto em 1943 pelo proprietário do terreno Dr. Arnaldo Guinle. No cartório não consta escritura de Doação.

Posteriormente no governo Leonel Brizola a escola foi demolida pelo seu péssimo estado de conservação e a “Fábrica de Escolas” construiu nova Escola “ Tipo Isolada Lelé”, já em funcionamento, reinaugurada em 14/03/87.

O engenheiro da obra não deixou a “planta” da mesma, apesar de ter sido solicitada. Em 13 de Setembro de 2008 no Governo do Prefeito Celso Alencar Ramos Jacob, Vice Prefeito Vinícius Farah e do Secretário de Educação Ary Rocha Faria, a Escola Estadual Municipalizada Guilhermina Guinle foi reinaugurada, com a nova estrutura física, tornando-se uma escola ampla, com onze salas de aula, uma rampa de acesso, um parquinho destinado à Educação Infantil, laboratório de informática, biblioteca, secretaria, almoxarifado, sala de professores, sala da direção, um refeitório e uma cozinha mais ampla com despensa.

Posteriormente foi construída a sala de recursos multifuncionais, sendo feita a adaptação de duas salas e dos banheiros, visando a acessibilidade de alunos cadeirantes.

A escola vem, nos últimos anos, investindo na melhoria de seus serviços e ganhando vista no cenário municipal, sob a gestão da Diretora Maria Helena Marques de Araújo Gianotti Francisco.

PERFIL DA ESCOLA

2.1-IDENTIFICAÇÃO

Nome: Escola Estadual Municipalizada Guilhermina Guinle
Endereço: Rua Werneck, 302, Bemposta – Três Rios/RJCEP:25840-000 Tel:(24)2258-2138
E-mail: escolaguilherminaguinle@hotmail.com
INEP: 33018715
CNPJ: 01.971.849/0001-75

2.2-CURSOS OFERECIDOS

A escola oferece à comunidade os seguintes níveis e modalidades de ensino:

2.2.1-Educação Infantil

A escola atende as turmas de Creche III, pré I e pré II, atendendo crianças com a faixa etária de 3 a 5 anos.

A Educação Infantil da nossa Unidade de Ensino tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança em seus aspectos físicos, psicológicos, intelectuais e sociais. As experiências educativas oferecidas na Educação Infantil contribuem para a formação da cidadania, bem como priorizar o lúdico inserido no Referencial Curricular da Educação Infantil.

2.2.2- Ensino Fundamental

1º segmento – 1º ao 5º Ano de escolaridade. 2º segmento – 6º ao 9º ano de escolaridade.

O Ensino Fundamental tem por finalidade desenvolver o educando assegurando-lhe a formação integral, desenvolvendo os aspectos físicos, psicológicos, intelectuais e sociais indispensáveis para o exercício da cidadania, proporcionando-lhe meios para prosseguir em estudos posteriores.

2.2-DIAGNÓSTICO DA REALIDADE ESCOLAR

A Escola Estadual Municipalizada Guilhermina Guinle é pública, mantida pela Prefeitura do Município de Três Rios e tendo como órgão executora Secretaria Municipal de Educação.

Nossa clientela é constituída de crianças, pré-adolescentes, adolescentes e adultos provenientes, a maioria, de famílias de baixa renda, e, a minoria de renda média econômica e sem muitas opções de lazer. Busca na escola um ambiente acolhedor e a companhia de pessoas que lhe dispensem atenção, carinho e dedicação, sem muita convicção pelos estudos em si e o seu prosseguimento. Localizada na Zona Urbana oferecendo as modalidades de Educação Infantil, Ensino Fundamental (1º e 2º segmento) e sala de recursos multifuncionais para atendimento aos alunos portadores de necessidades educacionais especiais. O Ensino Médio é oferecido pelo Estado em parceria com a Prefeitura, sendo os professores do próprio Estado, dividindo o prédio.

Nossa comunidade é economicamente carente, itinerante, dividida entre a religião católica, protestante e espírita. As famílias, em geral, são formadas por mais de cinco pessoas, algumas analfabetas, algumas moram em casas próprias e não legalizadas, outras em casas das fazendas, localizadas em difícil acesso, dependem de carona, pois não existe transporte público que possa atender a essa necessidade. Muitas vezes as famílias fazem o seu trajeto a pé, de bicicleta, moto, cavalo, carroça e alguns possuem carros. A maioria trabalha de carteira assinada, com renda familiar de até dois salários mínimos.

A comunidade ao redor da escola tem uma condição financeira melhor, pois trabalha em outras cidades, com uma remuneração acima do salário mínimo, tem acesso aos meios de comunicação (telefone, celular, internet), meios de transporte, com facilidade de suprir as suas necessidades no comércio local.

Localizada na zona urbana, no distrito de Bemposta, onde possui um posto de saúde, uma subprefeitura, subestação de água, centro de atendimento do CRAS, cemitério, que atendem as necessidades locais.

O momento de lazer da comunidade acontece quando as pessoas se reúnem em casas de parentes ou amigos para uma conversa informal, churrasco, uma partida de futebol no campo, bate papo nos bares, as festividades religiosas e escolares. Qualquer outro tipo de diversão, as pessoas da comunidade têm que se deslocar para outros municípios vizinhos. A renda da comunidade vem de trabalhos prestados à fazenda de gado, de leite, de plantação, em torno de 15 ou mais, fábrica Guaramix, Curtume, Água Mineral Levisul, Olaria Argibem e comércio local.

Os alunos que moram mais distantes, para chegarem à escola usam o transporte escolar oferecido pelo município para os três turnos. Alguns desses alunos quando concluem os anos de escolaridade oferecidos por esta unidade escolar, não prosseguem os estudos, pois não têm condições financeiras para irem a locais que ofereçam outros tipos de cursos (profissionalizantes, faculdade, entre outros).

A Escola recebe um número considerável de alunos oriundos destas fazendas e localidades, local de difícil acesso e com transporte precário.

A vida nesta comunidade é muito dura, pois muitos dos nossos alunos começam a trabalhar ainda na fase de adolescência, obrigando-os a levantarem por volta de 4 e 5 horas da manhã. Conseqüentemente vem para a escola muito cansados e muitos destes alunos acabam desistindo, não prosseguindo os seus estudos, o que justifica o baixo nível de escolaridade.

Conscientes desta realidade sócio-econômico-cultural porque passam o nosso corpo discente, nós, Educadores, temos um papel primordial no sentido de provocar mudanças, acompanhando e incentivando o exercício da cidadania.

MISSÃO DA ESCOLA

A atual conjuntura social amplia o papel e o significado da educação escolar, exigindo que a mesma opere em aberta e constante interação com a dinâmica da vida. Nesse contexto, a escola assume, cada vez mais, atribuições específicas na formação das pessoas de sua comunidade.

Assim, a Escola Guilhermina Guinle tem por missão ofertar aos estudantes o acesso à informação e à tecnologia, visando melhorar a qualidade de vida do mesmo, integrar os objetivos educacionais à vida do estudante, de forma a promover sua formação integral, atendendo ao que dispõe os princípios legais do Sistema de Ensino Brasileiro.

Valorizar o ambiente rural, através de um trabalho coletivo e abrir o espaço para as vivências culturais da comunidade, resgatando a origem do seu povo, acredita também que os conteúdos apenas complementam o processo de formação do educando, por isso, trabalhamos na perspectiva de uma escola democrática, viva, dinâmica, alegre, prazerosa, consciente, resgatando a autoestima da comunidade escolar.

Para isso se propõe a estabelecer parceria com as famílias e a comunidade por uma prática conjunta em prol do desenvolvimento de uma educação de qualidade.

METAS

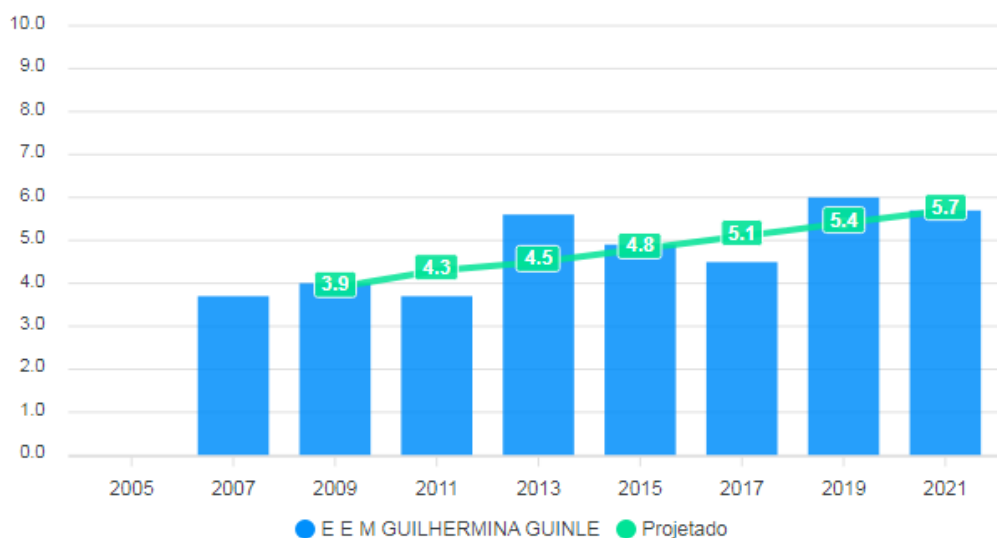
A Escola Estadual Municipalizada Guilhermina Guinle tem algumas metas que buscam seguir a fim de garantir maior êxito na formação dos alunos. São elas:

- Oferecer condições que promovam e facilitem o processo ensino-aprendizagem;
- Desenvolver em conjunto com a família ações de respeito, solidariedade e, sobretudo, de dignidade, favorecendo seu desenvolvimento integral;
- Criar ações que amenizem as dificuldades dos estudantes no seu dia-a-dia;
 - Realizar uma administração democrática, atendendo sempre que possível às sugestões de seus professores, funcionários, estudantes, pais e outros;
 - Nortear o trabalho da escola sempre em harmonia e procurando coordenar as divergências;
 - Trabalhar valores para auxiliar na formação de hábitos morais;
 - Oferecer momentos de integração da família no ambiente escolar;
 - Criar ambientes com o objetivo de enriquecer a prática pedagógica;
 - Priorizar o fazer pedagógico através do acompanhamento e da assistência de toda a prática desenvolvida pela escola;
 - Facilitar e incentivar a participação do profissional em cursos, visando uma melhor qualidade de ensino;
 - Promover eventos culturais, visando integrar escola e comunidade;
 - Promover atividades extraclasse, como passeios, pesquisas de campo, caminhadas de conscientização ambiental, etc.

- Avançar no IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica), criado pelo Inep em 2007, que representa a iniciativa pioneira de reunir em um só indicador dois conceitos igualmente importantes para a qualidade da educação: fluxo escolar e médias de desempenho nas avaliações. A seguir os resultados da escola.

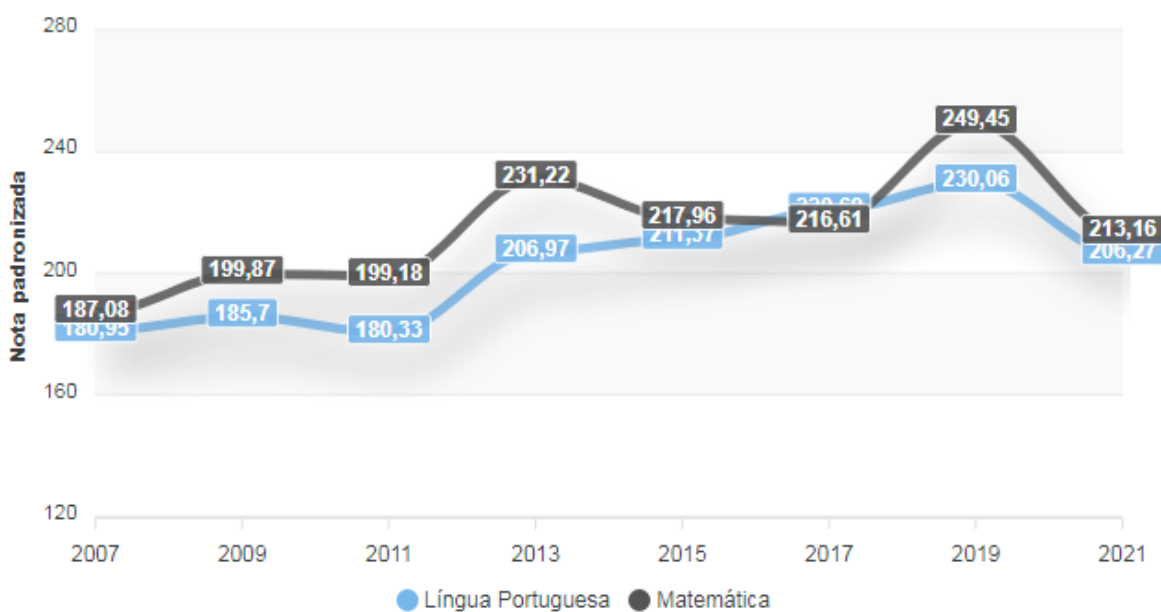
ANOS INICIAIS

Evolução do IDEB



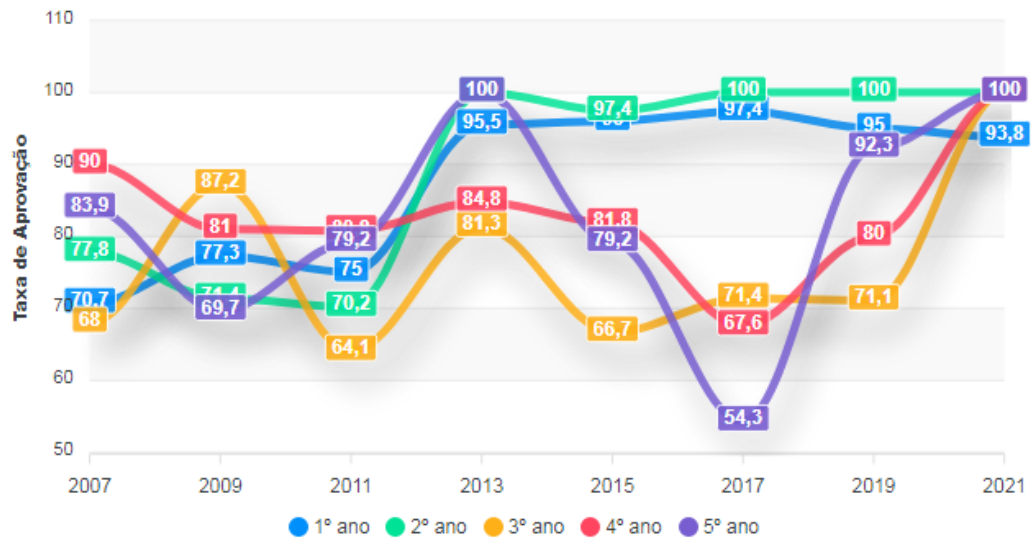
Fonte: IDEB 2021, INEP.

Evolução nota SAEB



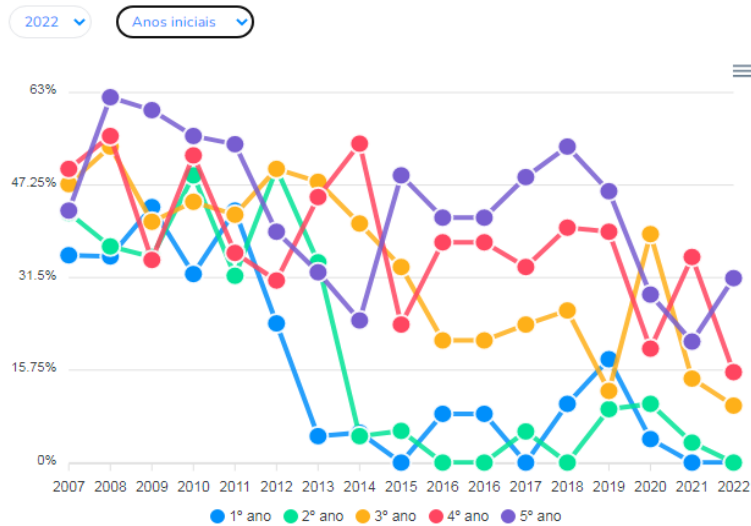
Fonte: IDEB 2021, INEP.

Evolução Fluxo



Fonte: IDEB 2021, INEP.

Evolução da distorção idade-série - E E M GUILHERMINA GUINLE



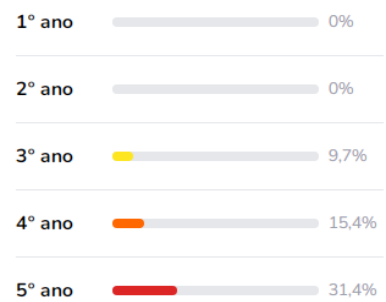
Fonte: Indicador de Distorção idade-série - INEP, 2022

E E M GUILHERMINA GUINLE

2022 • Anos Iniciais

14,4%

A cada 100 crianças, aproximadamente 14 estavam com atraso escolar de 2 anos ou mais

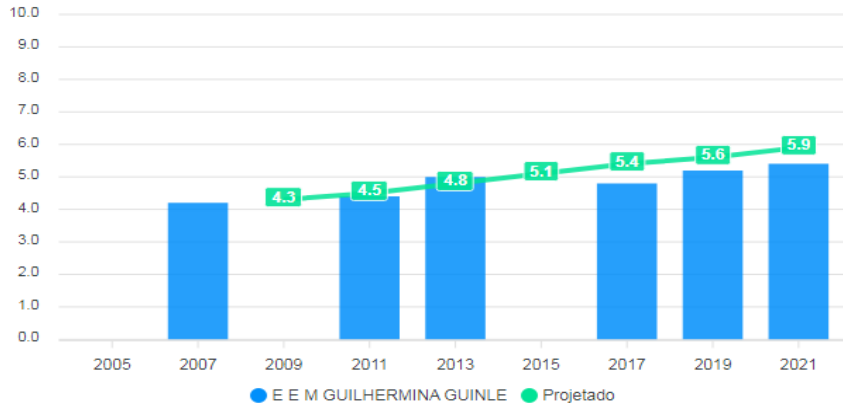


● ≤ 5% ● ≤ 15% ● ≤ 30% ● > 30%

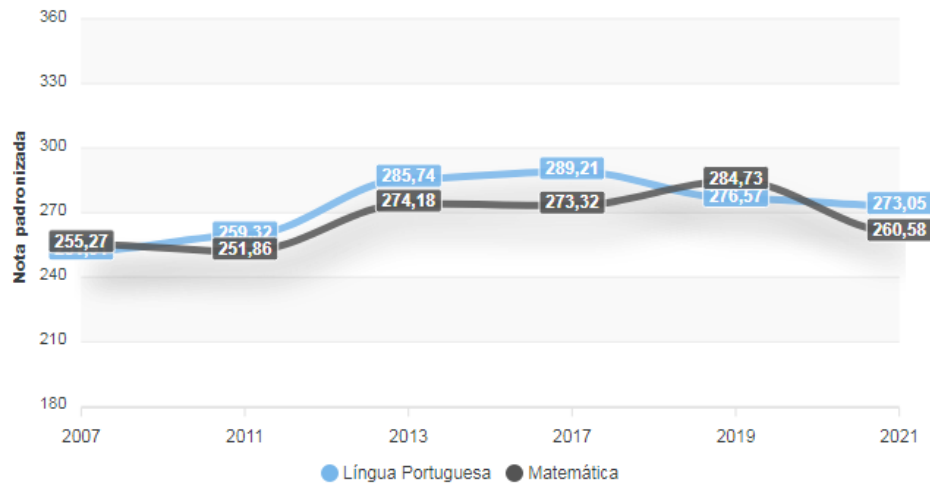
Fonte: Indicador de Distorção idade-série - INEP, 2022

ANOS FINAIS

Evolução do IDEB



Evolução nota SAEB



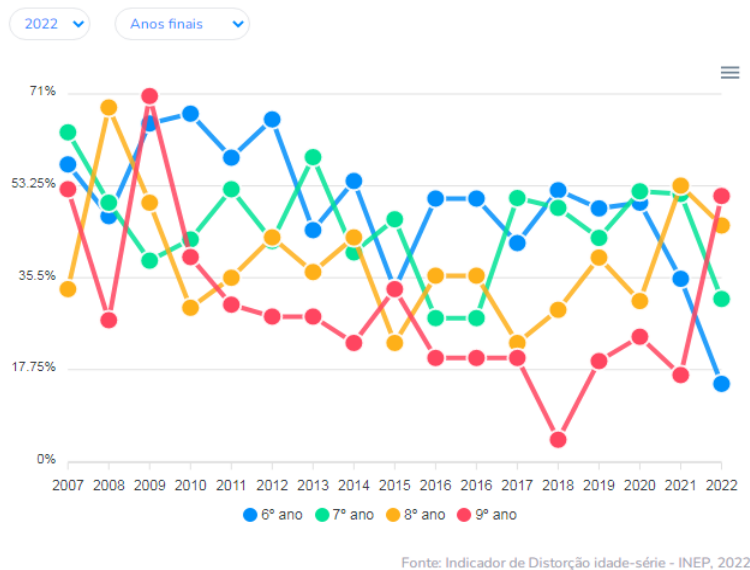
Fonte: IDEB 2021, INEP.

Evolução Fluxo



Fonte: IDEB 2021, INEP.

Evolução da distorção idade-série - E E M GUILHERMINA GUINLE



E E M GUILHERMINA GUINLE 2022 • Anos Finais

36,8%

A cada 100 crianças, aproximadamente 37 estavam com atraso escolar de 2 anos ou mais

6º ano	15%
7º ano	31,4%
8º ano	45,6%
9º ano	51,3%

● ≤ 5% ● ≤ 15% ● ≤ 30% ● > 30%

Fonte: Indicador de Distorção idade-série - INEP, 2022

OBJETIVOS

A escola tem como meta principal oportunizar o conhecimento sob suas diversas formas, sendo um espaço acolhedor que valorize o potencial dos estudantes e os motive a aprender sempre mais.

Tem como objetivos também:

- Proporcionar o acesso à leitura e à tecnologia, nas mais diversas situações;
- Promover a Educação Integral, onde alunos e comunidade escolar de forma geral terão garantidos todos os direitos para assegurar-lhes uma educação de qualidade, bem como conscientizá-los da obrigação dos seus deveres;
- Assegurar aos sujeitos educativos o acesso às novas tecnologias como instrumento de mediação da construção da aprendizagem;
- Estabelecer parceria com a comunidade, tornando-a participativa às atividades da escola;
- Fazer do professor um facilitador do processo de ensino-aprendizagem; tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo, a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores que lhe permitam interagir no mundo que o cerca;
- Reduzir o índice de reprovação e evasão escolar;
- Contribuir para a formação de uma sociedade mais digna, justa e consciente.
- Atingir a Meta do IDEB;

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Nosso projeto político pedagógico, ao ser traçado em pontos firmes, mas flexíveis, busca um rumo, uma direção, pois não pretende ser um projeto acabado e formalizado, mas estar aberto à criatividade de cada um para que possa planejar a dinâmica do ensinar e do aprender de acordo com as solicitações de cada momento.

O objetivo primordial é dar espaço para que o educando possa exercer sua consciência crítica ao aprender fazendo. A escola deve constituir-se em um lugar onde o aluno construa o seu conhecimento, numa postura de indagação e análise avaliativa da realidade social, ao mesmo tempo em que experiêncie os valores cristão sem ações efetivas.

O projeto educativo é entendido como “o plano global da Instituição.” Nesse aspecto, comunga-se a visão de Celso VASCONCELLOS (1995:143), a respeito do Projeto Político-Pedagógico: Construído participativamente, é uma tentativa, no âmbito da educação, de resgatar o sentido humano, científico e libertador do planejamento. (...) Pode ser entendido como a sistematização, nunca definitiva, de um processo de Planejamento Participativo, que se aperfeiçoa e se concretiza na caminhada, que define claramente o tipo de ação educativa que se quer realizar.

É um instrumento teórico-metodológico para a transformação da realidade. É um elemento de organização e integração da atividade prática da instituição nesse processo de transformação.

Conforme afirma Veiga(2004,p.12) “Ao construirmos os projetos de nossas escolas, planejamos o que temos intenção de fazer, de realizar. Lançamo-nos para diante, com base no que temos, buscamos o possível”. Ele não deve ser entendido como um documento que após sua construção seja arquivado ou encaminhado às autoridades, núcleos de educação para cumprir as tarefas burocráticas, pois envolve os indivíduos presentes no processo educativo escolar, de modo que subsidia a organização do trabalho pedagógico e educativo da escola.

Partindo dessa premissa, a Escola Estadual Municipalizada Guilhermina Guinle se apresenta como local onde a dignidade da vida se constitui como referencial maior na construção de uma sociedade justa e fraterna. A Escola promove a educação como processo contínuo de transmissão, construção e desenvolvimento de conhecimentos, culturas e valores, ao considerar que, apesar de tudo que envolve a ação educativa, é nas relações humanas que reside à essência da formação do cidadão.

ORGANIZAÇÃO FUNCIONAL DA ESCOLA
Quadro funcional

Nº	Pessoal administrativo,extraclasse e auxiliares.	Mat.	Cat	Cargo	Turno	Formação/habilitação
01	Ana Lúcia da Silva	114.106	E	Merendeira.	2º	Ens. Fund. completo
02	Edméa Cristina Cordeiro Barrozo	112.698	E	Doc II	2º	Letras/Pós Graduação psicopedagogia
03	Eliany de Fátima C. Roberto	111.214	E	Aux. De S.Gerais	1º	Ens. Fund. Completo
04	Genésia dos Santos Vieira Furtado	----- -	RPA	A.S.G.	1º e 2º	Ens.Médio Completo
05	Gisela da Silva Miguel	114.096	E	Merendeira	1º	Ens. Fund. completo
06	Janete Saggiaro Araújo	114.062	E	Merendeira	1º	Ens. Médio completo
08	Luciana Amancio		RPA	A.S.G.	1º e 2º	Ensino Médio Completo
09	Maria Helena Marques de Araújo Gianotti Francisco	112.122	E	Diretora	1º e 2º	Pedagogia
10	Maria Patrícia Rabelo	111.121 8	E	Aux.S.Gerais	1º e 2º	EnsinoMédio
12	Roberta Garcia Machado	112.964	E	Secretária	1º	Pedagogia/Pós-graduação
13	Rosilene Tonel Nilton	112.959	E	Secretária	2º	EnsinoMédio

Quadro Funcional:Professores

Nº	NOME DO PROFESSOR	MAT.	CAT.	TURNO	FORMAÇÃO HABILITAÇÃO
01	Adelita Leite da Silveira	112.1409	E	1º	Ensino Superior Incompleto
02	AndreadeOliveira Felipe	112.590	E	1º	História/Geografia
03	Andrea Hilário Freitas de Araújo	112.1022	E	1º	Pedagogia
04	Chirlene Aparecida de Melo Souza	112.1037	E	1º	História

11	Luana Almeida dos S. Gonçalves	112.1390	E	1º	Pedagogia
14	Raquel Souza Reis	112.929	E	1º	Pós-Grad. em Psicopedagogia
15	Semildes Chaves Roberto de Oliveira	112.810	E	2º	Pedagogia/Pós em Psicopedagogia e Gestão e Supervisão Escolar
18	Carmem Lúcia de Oliveira	112.745	E	2º	Artes
19	Cristina Valéria Machado Bull Araújo	112.786	E	2º	PósemMatemática
20	Eneida Bittencourt de Assis	112.1491	E	2º	PósemMatemática
22	Fabrcia Soares da Silva	112.1153	E	2º	Português
23	Jorge Augusto Leal	112.710	E	2º	Matemática
24	Marcio de Oliveira	112.1612	E	2º	História
25	Marise de P.A. Rocha	112.1052	E	2º	PósemGestãoEducativa I
26	Ricardo Ubiratan de Brito	112.130	E	2º	PósemHistória
27	Simone Araceli da Silva Carvalho	112.767	E	2º	PósGrad.emPortuguês
28	Simone Gianotti Tófano Mesquita	112.753	E	2º	PósGraduação em Psicopedagogia
29	Uanderson de Jesus Pereira	112.1236	E	2º	DoutoradoemCiências Biológicas
30	Zuleide de Souza Pinheiro	112.1222	E	2º	Português
31	Ana Lucia da Silva Stephan	112.976	E	2º	PósGraduação em Geografia

Quadro Funcional: Motoristas

Os motoristas prestam serviço para a escola, mas são subordinados a Secretaria Municipal de Educação.

Nº	NOME	MAT.	CAT.	TURNO	HAB./FORM.
01	Amilton				
02	Anselmo				
03	Aroldo Costa Dulce	111.752	E	1º e 2º	Ensinomédio
04	Emerson Muniz Guimarães	111.2290	E	1º e 2º	Ensinomédio
05	Pedro Anônio F. Vanderlei	11.425	E	1º e 2º	Ensinomédio
06	Paulo Cezar Duarte Vargas	111.753	E	1º e 2º	Ensinomédio

Quadro Funcional: Estagiárias

As estagiárias são estudantes de faculdade ou do ensino médio que prestam serviço como monitoras individuais para alunos com necessidades educacionais especiais em convênio com a Prefeitura Municipal.

Nº	NOME	TURNO	Estudantes acompanhados
1	Anária	2º	Jonas
2	Karen da Silva Ricardo Machado	2º	Lindaiara
3	Leticia Tonel Nilton	1º	Maria Ester
4	Maria Cecilia D. S. Gonçalves	1º	Benjamim
5	Marlene Saggiaro Araújo da Silva	1º	Pedro e Heloisa

Os profissionais de Serviços de Orientação Pedagógica e Supervisão Educacional estão subordinados à Secretaria Municipal de Educação e formam a equipe de Suporte Pedagógico junto a Direção da escola.

Nº	NOME	MAT	CAT	TURNO	HAB./FORM.	FUNÇÃO
01	Alessandra Govêa Satiro	112.168 4	E	1º e 2º	Pós graduada	Orientadora Pedagógica
02	Roseli Cordeiro		E	1º e 2º	Mestrado	Superv. Educacional

Relação de Turmas e Professores

Professores da Educação Infantil ao 5º Ano de Escolaridade

TURMAS	PROFESSOR	TURNO	Nº DE ESTUDANTES
Jardim II	Andrea Hilário Freitas de Araújo	1º	13
Jardim III	Adelita Leite da Silveira	1º	16
1º Ano	Luana Almeida dos Santos Gonçalves	2º	13
2º Ano	Chirlene Aparecida de Melo Souza	1º	15
3º Ano	Raquel Souza Reis	1º	16
4º Ano	Luana Almeida dos Santos Gonçalves	1º	23
5º Ano	Andrea de Oliveira Felipe	1º	16

Número de alunos, turno e ano de escolaridade: 6º ao 9º ano de escolaridade:

ANO DE ESCOLARIDADE	Nº DE ESTUDANTES	TURNO
6º ANO	37	2º
7º ANO A	23	2º
7º ANO B	20	2º
8º ANO	31	2º
9º ANO A	21	2º
9º ANO B	21	2º

ESTRUTURA DA ESCOLA

RECURSOS FÍSICOS

O nosso Estabelecimento de Ensino conta com dez (10) salas de aula, uma cozinha, uma despensa, cinco (05) banheiros (sendo um de funcionários), um (01) refeitório, uma Biblioteca, uma Sala de Informática (sem condição uso), uma (01) sala de recursos, uma (01) sala de professores, uma (01) sala de diretor, uma (01) secretaria.

A escola atende aos requisitos de acessibilidade, com rampa de acesso para o primeiro e segundo andar.

RECURSOS FINANCEIROS

A escola conta com o PDDE, Programa Dinheiro Direto na Escola, que é gerenciado pela Unidade Executora, órgão responsável pela aplicação e arrecadação de recursos com o fim de auxiliar no desenvolvimento de atividades administrativas e pedagógicas.

CALENDÁRIO ESCOLAR

ANEXO I – calendário 2023/2024

CONSELHO DE CLASSE

O Conselho de Classe é órgão colegiado deliberativo de última instância escolar, situando o processo ensino-aprendizagem como fator integrador da ação pedagógica.

Compete ao Conselho de Classe:

- Analisar e homologar, ao final de cada bimestre, os resultados do estudante como um todo e sua participação efetiva no processo de aprendizagem.
- Decidir na reunião do último bimestre letivo e após a recuperação paralela, pela aprovação do estudante ou seu encaminhamento para a recuperação final.
- Indicar os procedimentos a serem adotados para superar as deficiências constatadas, inclusive sugerindo metodologia e os recursos a serem utilizados na recuperação, para que cada estudante possa superar suas dificuldades;
- Debater os casos de retenção, após análise do nível de competência alcançado pelo estudante, e encaminhar o estudante, quando necessário, a atendimento especializado, com os devidos registros em sua ficha individual.

O Conselho de Classe será constituído pelo diretor da Unidade Escolar ou seu representante e/ou pelo orientador pedagógico.

O Conselho de Classe se reunirá, obrigatoriamente, a cada bimestre e os períodos das reuniões estão assim definidos no calendário escolar:

Obs.: Os Conselhos de Classe aconteceram durante o período de aula, sendo duas horas de aula e duas horas de Conselho.

Ao longo do ano, a cada bimestre, realizamos o acompanhamento da aprendizagem das crianças através do desempenho nas avaliações bimestrais e municipal, além do desenvolvimento ao longo do processo.

REUNIÕES PEDAGÓGICAS

As reuniões pedagógicas constituem-se em momentos de reflexão e discussão sobre as práticas educativas, contribuindo para a construção das relações pedagógicas e de conhecimento, objetivando a melhoria da qualidade da ação educativa.

As reuniões pedagógicas em nosso Estabelecimento de Ensino ocorrerão bimestralmente, sempre em horário de contra turno, durante aproximadamente uma hora e meia, representadas e dirigidas pelo orientador pedagógico junto aos professores.

Tem o objetivo primordial de promover a socialização de informações e planejar os Projetos Bimestrais, viabilizando ações para a sua execução e critérios de avaliação que permita replanejar estas ações, a fim de melhorar a qualidade de ensino ministrada na Escola, além de constituir momentos de estudos que contribuem para a formação continuada da equipe, que tem o seu fazer pedagógico mais qualificado.

REUNIÕES DE PAIS

As reuniões de pais do nosso Estabelecimento de Ensino visam a integração da família/comunidade com a Escola, objetivando a melhoria do ser humano em todos os aspectos: social, afetivo e cognitivo. Pois acreditamos que somente pela união dos esforços de todos os envolvidos com a criança que se educa, é que poderemos contribuir para a formação de um cidadão reflexivo, criativo e atuante na sociedade em que vive.

As reuniões se baseiam em trocas de informações sobre a organização escolar, em dinâmicas com reflexões sobre os temas trabalhados nos projetos bimestrais, visando a ajuda da família na formação integral do educando e discussões sobre a prática educativa e o desenvolvimento do processo ensino- aprendizagem.

Nossas reuniões acontecem bimestralmente, agendadas conforme a disponibilidade dos responsáveis, sendo registradas as frequências e os assuntos tratados. Havendo necessidade, outras reuniões poderão ser agendadas durante o bimestre, inclusive individual com o responsável de determinado estudante, caso haja necessidade.

A primeira reunião acontece sempre nas primeiras semanas de aula e se pauta nas orientações gerais sobre o funcionamento administrativo e pedagógico da Escola, e na apresentação dos projetos a serem trabalhados durante o ano letivo. Por sugestão dos professores, nesta primeira reunião será entregue aos responsáveis as normas disciplinares da escola e instrumentos de avaliação.

As reuniões de pais e/ou responsáveis deverão atender aos seguintes objetivos:

- Informar aos responsáveis sobre assiduidade e rendimento escolar dos estudantes, com entrega de relatórios e boletins;
- Discutir situações importantes sobre o processo educativo buscando estratégias para melhoria no processo ensino aprendizagem individualizado.

DETERMINAÇÕES REGIMENTAIS

MATRÍCULA

A matrícula nesta Unidade de Ensino é gratuita e deve ser requerida pelos pais e/ou responsáveis do estudante, em época própria, de acordo com as diretrizes fixadas pela Secretaria Municipal de Educação.

A matrícula do estudante com necessidades educacionais especiais deve ser assegurada, com prioridade, conforme critérios fixados nas determinações legais vigentes e notificada ao órgão próprio da Secretaria Municipal de Educação para o planejamento do atendimento.

São condições para a matrícula:

Na Educação Infantil:

a) Creche – Creche III – idade de 03 (três) anos, completos até 31 de março.

Pré-Escola- idade de 04(quatro)anos (Pré I) a 05(cinco) anos (Pré II), completos até 31 de março.

No Ensino Fundamental:

1º Ano de Escolaridade - idade de 06 (seis) anos ou a completar até 31 (trinta e um) de março.

Nos demais anos de escolaridade, ficando a Unidade Escolar responsável pela regularização da vida escolar do estudante caso o mesmo esteja impossibilitado de comprovar escolaridade anterior.

Poderá ser matriculado candidato de idade inferior a 06 (seis)anos, no 1ºAno de Escolaridade do Ensino Fundamental, desde que a Orientação Pedagógica, através de uma verificação de aptidões, reconheça que o aluno tenha condições para tanto.

A matrícula inicial de aluno com ordem judicial deverá ser aceita em qualquer época do ano letivo.

Serão consideradas como novas, as matrículas efetuadas até 31 (trinta e um) de março.

Serão consideradas matrículas especiais, as matrículas efetuadas após 31(trinta e um) de março, referente a estudantes oriundos de transferência de outro Estabelecimento de Ensino.

No ato da matrícula deverão ser apresentados os documentos abaixo discriminados:

- Fotocópia do Registro de Nascimento;
- Declaração da Escola de origem ou Histórico Escolar.
- O Histórico Escolar deverá ser apresentado num prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias após a realização da matrícula com declaração.

ORGANIZAÇÃO DAS TURMAS

As classes de Educação Básica neste Estabelecimento de Ensino organizam-se:

- Em períodos anuais na Educação Infantil;
- 09(nove)anos de escolaridade, no Ensino Fundamental, sendo ministrado nesta Unidade de Ensino da Educação Infantil ao 9ºano de Escolaridade.
- A nossa Escola considera na organização de suas classes os seguintes parâmetros condicionantes da relação adequada entre o número de alunos e o professor:
- O Projeto Político Pedagógico;
- A Carga Horária;
- As Condições Materiais do Estabelecimento de Ensino;
- A Faixa Etária dos Alunos;
- A Atividade a Ser Realizada;
- O Equipamento Utilizado;
- O Espaço Físico.

A Educação Infantil será constituída de acordo com a Lei 9394/96:

EDUCAÇÃO INFANTIL

CRECHE

Creche III – 03 (três) anos a 03(três) anos e 11(onze) meses;

PRÉ ESCOLA

JardimII– 04(quatro)anos a 04(quatro) anos e 11(onze) meses;

JardimIII– 05(cinco)anos a 05(cinco) anos e11(onze) meses.

Estas classes são formadas com 20 (vinte) a 25 (vinte e cinco) alunos por turma, não podendo ultrapassar este limite.

O Ensino Fundamental será constituído de 09 (nove) anos de escolaridade, sendo a matrícula inicial aos 06(seis) anos completos até 31 de Março do corrente ano.

As turmas com estudantes de inclusão terão seu número de alunos reduzidos em 20% a fim de atender estes alunos que apresentam necessidades educacionais especiais para que tenham trabalhados e respeitados seus direitos educacionais segundo a Deliberação 001/2015 art.8º.

As classes do Ensino Fundamental serão formadas:

- 1º ao 3ºano-25(vinte e cinco) a 30(trinta)alunos por turma;
- 4ºe 5º ano-30(trinta) a 35(trinta e cinco)alunos por turma;
- 6º ao 9ºano –35(trinta) a 40(quarenta) alunos por turma.

A Direção poderá permitir a inserção de crianças com idade fora da faixa etária prevista acima, desde que a Equipe Técnico-Administrativo-Pedagógica avalie a excepcionalidade do procedimento a ser adotado e com a devida autorização dos pais ou responsáveis.

TRANSFERÊNCIAS

Será admitida transferência durante o ano letivo, nesta Unidade de Ensino:

No Ensino Fundamental até 30(trinta) de setembro e após esta data, por motivos relevantes;

A transferência de estudante oriundo do estrangeiro será efetuada mediante as determinações legais vigentes, tendo por base as normas curriculares gerais;

A transferência relativa ao Ensino Especial atenderá aos critérios estabelecidos para a matrícula.

A transferência de estudantes em qualquer caso obedecerá aos dispostos na Legislação vigente e às normas baixadas pelas autoridades competentes.

Caberá à Orientação Pedagógica examinar o currículo do estudante transferido e verificar a necessidade de adaptação ao currículo do Estabelecimento de Ensino.

PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO

No processo de avaliação serão levados em consideração todos os instrumentos avaliativos tais como: provas, testes, trabalhos em grupo e individuais, participação nas atividades diárias, frequência e outros.

Avaliação deve ser entendida como um processo contínuo de obtenção de informações sobre o ensino – aprendizagem objetivando diagnosticar o desenvolvimento do educando, seus avanços e suas dificuldades, incidindo na ação dos educadores, redefinindo e redimensionando o processo educativo visando seu constante aprimoramento, em conformidade com os objetivos da unidade escolar e as diretrizes emanadas da Secretaria Municipal de Educação.

A avaliação em seu caráter democrático e coerente pressupõe que todos os participantes da ação educativa, sem exceção, sejam avaliados em momentos individuais e coletivos.

A avaliação terá por objetivos:

- Diagnosticar a situação da aprendizagem do educando para estabelecer os objetivos que irão nortear o planejamento da ação pedagógica;
- Verificar os avanços e dificuldades do educando no processo de construção do conhecimento, em função do trabalho desenvolvido.
- Fornecer aos educadores elementos para uma reflexão sobre o trabalho realizado, tendo em vista o planejamento.
- Demonstrar ao educando seus avanços e dificuldades, estimulando maior desenvolvimento do mesmo no processo de aprendizagem, oportunizando a autoavaliação constante;

- Fundamentar a tomada de decisão, quanto a promoções ou não, a etapa, ciclo ou série seguinte.

Os resultados do desenvolvimento do educando da educação infantil são registrados em fichas de observação e de acompanhamento bimestralmente, considerando o desenvolvimento integral da criança.

No ensino fundamental para efeito de registros, são considerados os resultados bimestrais das avaliações efetuadas durante o ano letivo, mediante a utilização de diferentes métodos e técnicas, realizando-se em cada bimestre um conselho de classe.

Os resultados da avaliação do aproveitamento escolar são expressos em notas nas escala de 0,0 (zero) a 10,0 (dez), admitidas frações de notas de um dígito, sendo 5,0 (cinco) a nota mínima para a promoção.

A cada bimestre, foi acordado com os professores, ser utilizados no mínimo 04 (quatro) instrumentos de avaliação cujo somatório resultará na nota do bimestre.

A média anual é obtida através da média aritmética das 04 (quatro) maiores notas dos bimestres letivos.

No 1º e 2º ano de escolaridade, a forma de avaliação se dá por meio de relatório, com acompanhamento do desenvolvimento das habilidades de leitura e escrita.

A mensuração dos conhecimentos adquiridos e sucessivos registros efetuados durante o ano letivo refletem o alcance ds habilidades desenvolvidas pelos estudantes, respeitando seu direito de aprendizagem, assim como sua individualidade.

O processo de avaliação estende-se ao longo de quatro bimestres para todos os estudantes, sendo obrigatória a realização das avaliações em todos os bimestres.

O estabelecido no parágrafo anterior não se aplica ao estudante ingresso por transferência no curso do ano letivo, cujo resultado final será definido pelo Conselho de Classe.

É facultada ao estudante uma segunda chamada de verificações quando impedido de comparecer ao estabelecimento por motivo considerado justo pela Equipe de suporte pedagógico.

RECUPERAÇÃO PARALELA

A recuperação paralela acontece no decorrer do ano letivo no momento em que se manifesta a deficiência, e a recuperação final, após o término do ano letivo.

A recuperação paralela durante o período letivo é proporcionada mediante a ministração de estudos ou aulas programadas, com estratégia de trabalhos diversificados, permitindo atendimento individualizado, respeitando o ritmo de aprendizagem de cada estudante e a adoção de metodologias diferenciadas.

A recuperação paralela realizar-se-á dentro do 1º e 2º semestres, com resultados expressos nos meses de julho e dezembro, caracterizando-se em mais uma oportunidade de recuperação para os estudantes que não tenham obtido a média mínima de 5,0 (cinco) pontos.

A nota obtida na recuperação paralela, e maior, substituirá a média do semestre. O instrumento avaliativo aplicado na recuperação paralela será gabaritado na escala de 0(zero) a 10,0(dez),sendo 5,0(cinco) a nota máxima passível de ser obtida pelo estudante.

A recuperação final acontecerá no final do ano letivo, após o Conselho de Classe do 4º Bimestre,caracterizando-se em mais uma oportunidade de recuperação de dificuldades para aqueles estudantes que não tenham obtido a média anual mínima de 5,0 (cinco) pontos, em cada área de estudo.

FREQUÊNCIA

A frequência mínima exigida para aprovação é de 75% (setenta e cinco por cento) do total de horas letivas da série cursada, conforme o disposto na Lei Nº9394/96.

A frequência às aulas dadas, bem como a todos os trabalhos escolares será apurada do primeiro ao último dia do período letivo, através de listagens de frequência, sob a responsabilidade do professor com acompanhamento da Supervisão Educacional.

A comunicação do controle da assiduidade aos pais e/ou responsáveis pelos estudantes será feita pela Unidade Escolar, a cada semana, caso o estudante falte, o professor deve imediatamente comunicar a direção para que entre em contato com a família, a fim de justificar a falta e para que o estudante retorne o mais breve possível.

DEPENDÊNCIA

A dependência caracteriza-se pela flexibilidade de modo a atender às diferenças individuais e utiliza metodologias e técnicas diversas, adequadas a cada caso, sob supervisão da Orientação Pedagógica.

Considerando que por motivos sócio-psicossociais o estudante chegue à dependência, a Rede Municipal de Ensino em Três Rios vem oferecer através de suas Unidades Escolares o Regime de dependência a partir do 6º ano de escolaridade do Ensino Fundamental, tendo como finalidade atender o estudante individualmente, de acordo com a Deliberação 001/2019-CME

A dependência só poderá ser feita em até dois componentes curriculares dentre os quais: Língua Portuguesa, Matemática, História, Geografia e Ciências Naturais. A Rede Municipal de Ensino não admite dependência cumulativa do mesmo componente curricular.

A aprovação ou reprovação nos Componentes Curriculares cursadas sob forma de dependência será, obrigatoriamente, objeto de análise pelo Conselho de Classe. O cumprimento dos estudos da (s) dependência (s) através de módulo não está vinculado ao período letivo e cabe à Orientação Pedagógica planejar, junto com o(s) professor(es) o período e a forma adequada a cada caso.

A Avaliação da Progressão Parcial (Dependência) deverá ser por meio de mais de 01 (um) e, no máximo, 04 (quatro) instrumentos avaliativos, elaborados pelo professor da disciplina, totalizando 10,0 (dez) pontos.

Todo o processo de avaliação da dependência deverá ser registrado em ficha individual própria, bem como todas as atividades realizadas deverão ser arquivadas na pasta do estudante para posterior conferência pela Supervisão Educacional do Município.

O estudante terá, no máximo, quatro oportunidades de Avaliação, em cada Componente Curricular, durante todo o ano letivo para cumprir a Progressão Parcial (Dependência).

§ 4º Alcançando o total de 5,0 (cinco) pontos, em qualquer Avaliação durante o ano letivo, o aluno será considerado Aprovado na Progressão Parcial (Dependência).

CLASSIFICAÇÃO/RECLASSIFICAÇÃO

A classificação em qualquer ano de escolaridade do Ensino Fundamental o exceto primeiro pode ser feita:

- Por promoção, para alunos que cursaram, com aproveitamento no ano anterior, na própria escola.
- Por preferência, para candidatos precedentes de outras escolas.
- Independentemente de escolarização anterior, nos casos em que o aluno não tenha ou não possa comprovar sua vida escolar anterior.

A classificação, na hipótese prevista acima, dependerá de avaliação preparada e aplicada pela Escola.

A classificação referida será realizada a requerimento do responsável pelo se maior por ele próprio, no qual devera declarar expressamente por escrito e sob as penas da lei, a inexistência de vida escolar anterior ou a impossibilidade, justificada de comprovação.

O processo de avaliação para a classificação do candidato deve abranger os conteúdos da base comum distribuído nas áreas de códigos e linguagens de ciências e tecnologia e da sociedade e cultura.

O candidato classificado estará apto aos procedimentos de matrícula na Rede Municipal de Ensino na forma e requisitos definidos no Regimento Escolar.

O aluno poderá ser reclassificado, em qualquer ano de escolaridade do Ensino Fundamental, inclusive quando se trata de transferência, tendo como base os componentes curriculares de âmbito nacional e previsto no projeto político-pedagógico da unidade escolar.

Esta classificação dependerá de uma avaliação cuidadosa e específica, elaborada pela equipe técnica pedagógica da unidade escolar com a participação do supervisor educacional conforme o disposto na lei 9394/96, artigo 23, § 1º.

O processo de reclassificação de alunos na educação básica abrange:

- Aqueles que estejam regularmente matriculados na unidade escolar e que tiverem sido reprovados por insuficiência de frequência;

- Os alunos transferidos de outras unidades escolares situadas no País;
- Os alunos transferidos de unidades escolares de países estrangeiros.

O processo de reclassificação deve necessariamente constar da proposta pedagógica e dos Regimentos Escolar.

O processo de reclassificação deve garantir que o aluno demonstre rendimento escolar superior ao mínimo previsto no Regimento, na serie ciclo ou etapa na qual se verificou insuficiência de frequência.

O processo de reclassificação nas hipóteses de transferência implica a análise cuidadosa do conteúdo curricular cursado, bem como do Histórico Escolar, e a avaliação de conhecimento do candidato que possibilite sua futura adaptação à proposta pedagógica e ao currículo pleno da escola para a qual esta se transferindo.

O resultado da reclassificação do aluno deve constar obrigatoriamente em sua ficha individual na Secretaria da Escola e em seu Histórico Escolar.

EVASÃO/REPROVAÇÃO

Considera-se reprovado o estudante com frequência inferior a 75% (setenta e cinco por cento)e/ou o estudante que na média final do ano letivo cursado, após recuperação final, obtiver nota menor que 5,0(cinco) pontos.

Para reduzir a taxa de reprovação em nossa Escola procuramos trabalhar a autoestima e o hábito de estudo coletivo dentro da própria sala de aula, por meio de projetos diversificados e integrados com os componentes curriculares e os temas transversais, considerando o desenvolvimento das habilidades e competências individuais, visto que nossa clientela não conta com a ajuda dos pais e/ou responsáveis, pois muitos são semianalfabetos e sem estímulo para ascensão social.

Considera-se evadido o estudante que tiver trinta faltas consecutivas. Em nossa Escola a evasão é baixíssima, pois comunicamos as famílias dos faltosos imediatamente, bem como aos órgãos competentes que aplicarão as devidas medidas para reversão dos casos, ou seja, visita às famílias pelo Conselho Tutelar e corte do benefício (bolsa família) concedido às famílias que têm os filhos de sete a quatorze anos na escola.

ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

A organização curricular da E. E. M. Guilhermnia Guinle segue o Referencial Curricular de Três Rios 2019, baseado na BNCC – Base Nacional Comum Curricular, elaborado pelos docentes da Rede Municipal e aprovado pelo Conselho Municipal de Educação.

No início do ano letivo, a equipe pedagógica organizou encontros com professores do Ensino Fundamental para elaboração do Guia Orientador para o trabalho pedagógico, a fim de

orientar o uso de diferentes estratégias para que os alunos alcancem as habilidades essenciais em cada Componente Curricular, dando ênfase as habilidades de leitura, escrita, interpretação e quatro operações.

Na proposta de trabalho para a Educação Infantil deve-se levar em conta a concepção que temos de infância. A Educação Infantil tem como eixos estruturantes a interação e a brincadeira.

Dessa maneira, o ambiente deverá ser estimulador para que a criança possa ter papel ativo nesse processo.

As experiências e atividades que serão desenvolvidas propiciam aprendizagem, desenvolvimento e socialização, através da busca da garantia dos direitos de aprendizagem, previstos na BNCC, que asseguram as condições para que as crianças aprendam.

Nesse sentido, o planejamento deve ocorrer a partir dos objetivos de aprendizagem propostos nos diferentes campos de experiências.

Os campos de experiências contemplam a formação da identidade, interação com o meio, ampliação de possibilidades psicomotoras, linguagem corporal, representação simbólica, diferentes formas de expressão artística, desenvolvimento da linguagem oral e escrita, noções matemáticas e construção de conhecimentos em variados domínios do pensamento, senso crítico, autonomia e coletividade.

Nesse contexto, temos na rede, além da proposta curricular, o documento norteador para desenvolvimento do trabalho, indicando o que as crianças precisam saber ao final do ano letivo e o quadro de integração de metas de acordo com a idade.

Todas as atividades devem ser desenvolvidas dentro de uma rotina organizada que inclua atividades diversificadas, permanentes, dirigidas e livres, proporcionando um aprendizagem significativa para as crianças.

Para qualquer avaliação e pesquisa os planejamentos encontram-se na Secretaria da Escola.

GESTÃO ESCOLAR

A Escola Estadual Municipalizada Guilhermina Guinle visa adotar uma gestão participativa proporcionando a inteiração da comunidade escolar interna e externa. Dessa forma a comunidade externa terá voz e vez nas decisões, com Participação da comunidade no cotidiano escolar, através do conselho escolar, Organização disciplinar: Direitos e deveres do aluno, deveres do diretor, do professor, do pessoal de apoio; Estabelecimento de competência dos diferentes setores da escola.

10.1- CORPO DISCENTE

O corpo discente é constituído pelos alunos regularmente matriculados na unidade escolar, sendo o centro e a razão de todas as atividades escolares.

Os direitos e garantias dos alunos são fundamentalmente fixados na constituição Federal da República, na Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional e no Estatuto da Criança e do adolescente.

Fica assegurada ao aluno a liberdade de Expressão e de organização para as quais a comunidade escolar deve concorrer ativamente, criando condições oferecendo oportunidades e meios.

São direitos do aluno:

- Ser considerado e valorizado em sua individualidade, sem comparações nem preferências, pela direção, pela equipe de suporte pedagógico, professores, funcionários e colegas.
- Receber seus trabalhos, tarefas e atividades, devidamente avaliados, em tempo hábil;
- Ter acesso aos recursos materiais didáticos pedagógicos da escola;
- Receber ensino de qualidade, ministrado por profissionais capacitados para o exercício de suas funções e atualizados em suas áreas de atuação;
- Ter garantidas novas oportunidades de aprendizagem através de estudos de recuperação e progresso parcial;
- Recorrer dos resultados das avaliações do processo ensino aprendizagem, nos termos da lei em vigor, sempre que se sentir prejudicado;
- Participar da construção, do acompanhamento e da avaliação do projeto político-pedagógico da unidade escolar e do Conselho Escolar;
- Participar da definição das normas disciplinares da escola;
- Conhecer a estratégia utilizada pelos professores da unidade escolar quanto ao processo de avaliação e aos estudos de recuperação, naquilo que lhe for pertinente;
- Ser informado de todos os seus direitos para o pleno desenvolvimento da cidadania;
- Participar, na qualidade de representante de turma do conselho de classe;
- Usufruir todos os benefícios proporcionados pela unidade escolar;
- Ter acesso ao Regimento Escolar e esclarecimentos sobre os planos curriculares.

Os deveres do aluno se evidenciam em função dos objetivos educacionais da escola e da preservação dos direitos da comunidade escolar.

São deveres do aluno:

- Dedicar-se, efetivamente, aos estudos;
- Conhecer e cumprir as determinações emanadas do Regimento Escolar;
- Ser assíduo e pontual quanto ao cumprimento das atividades escolares, permanecendo na unidade escolar durante o horário estabelecido;
- Colaborar para a preservação e conservação do prédio, do mobiliário, de todo o material escolar e das instalações de uso coletivo, cabendo ao responsável responder pelos danos causados ao Patrimônio Público;

- Estabelecer relações de respeito com seus colegas, professores, funcionários e demais integrantes da comunidade escolar;
- Cumprir as normas disciplinares da escola;
- Frequentar, pelo menos, 75% ou mais do período letivo anual;
- Apresentar solicitação por escrito e assinada pelo responsável para fins de saída antecipada;
- Contribuir, no que lhe couber, para o bom nome da unidade escolar;
- Comparecer às solenidades e festividades cívicas e sociais promovidas pela unidade escolar;
- Comunicar à unidade escolar sempre que houver empecilho à sua frequência às aulas e ao cumprimento das atividades escolares;
- Realizar todas as atividades escolares que visem ao crescimento e à avaliação do seu desempenho escolar;
- Participar das atividades de recuperação, submetendo-se à nova avaliação, sempre que seu desempenho for considerado insatisfatório;
- Cumprir todos os seus deveres para o pleno desenvolvimento da sua cidadania.

É vedado ao aluno:

- Distribuir, no recinto da unidade escolar, quaisquer boletins ou impressos sem autorização da direção;
- Ocupar-se durante as aulas de assuntos a elas estranhos;
- Ausentar-se da aula sem permissão do professor; e da unidade escolar sem autorização da direção;
- Dirigir-se de forma depreciativa à direção, equipe de suporte pedagógico, professores, funcionários e colegas;
- Utilizar Celular durante a aula, a não ser que seja fonte de pesquisa comandada pelo professor.

10.2- ORGANIZAÇÃO ESTUDANTIL

As organizações estudantis, com finalidade, educacional, cultural e/ou social, terão como objetivo o desenvolvimento da consciência crítica, da prática democrática, da criatividade, da iniciativa e da participação consciente e atuante na vida da unidade escolar e serão concernentes como Regimento Escolar em vigor.

10.2.1 –GRÊMIO ESTUDANTIL

O grêmio é uma organização sem fins lucrativos que representa o interesse dos estudantes e que tem fins cívicos, culturais, educacionais, desportivos e sociais. O grêmio é o órgão máximo de representação dos estudantes da escola.

(ANEXO II)

10.3-ORGANIZAÇÃO DISCIPLINAR

O regime disciplinar na Unidade Escolar visa despertar nos alunos o senso da responsabilidade que lhes permite o devido uso da própria liberdade.

Pela inobservância das disposições contidas nesse PPP, bem como das decisões da direção e equipe de Suporte Pedagógico, a Unidade Escolar adotará, no sentido de manter a disciplina, os seguintes procedimentos:

1- Pesquisa das causas do desajuste;

- Providencias visando eliminar as causas verificadas;
- Solicitação da colaboração da família e da comunidade;
- Atuação junto ao aluno, visando despertar-lhe o desejo de colaboração para a boa ordem escolar;
- Advertência oral, registrada em ficha própria individual (de ocorrência disciplinar);
- A advertência por escrito, registrada em ficha própria e individual, cuja cópia será enviada aos pais, solicitando-se o comparecimento dos mesmos à unidade escolar.
- Suspensão, pelo período de 1 a 3 dias, registrado em ficha própria individual, cuja cópia será enviada por aos pais, solicitando o comparecimento dos mesmos a Unidade Escolar.
- Transferência para outra unidade escolar.

Os procedimentos previstos acima serão realizados pela equipe de suporte pedagógico da escola.

Em encontros realizados com professores e Conselho Escolar para avaliação e revisão do PPP 2023/2024, um dos pontos discutidos foi a necessidade de elaboração de um documento com normas disciplinares a serem apresentadas aos responsáveis no ato da matrícula.

As Normas Disciplinares foram elaboradas pela equipe de Suporte Pedagógico e professores e será apresentada ao Conselho Escolar e Grêmio Estudantil da Unidade Escolar que durante o ano de 2024 avaliará sua implementação e dará sugestões para revisão.

(ANEXO III)

10.4 - CORPO DOCENTE E ESPECIALISTAS

O corpo técnico pedagógico da Rede Municipal é formado por professores e/ou especialistas habilitados admitidos e contratados de acordo com as exigências de ensino da Legislação em vigor combinada com os dispositivos da consolidação das Leis do trabalho e com as normas do regimento Escolar das Escolas Municipais de Três Rios.

Além de decorrentes da legislação trabalhista em vigor são assegurados aos professores e especialistas o direito de:

- Receber por parte da Direção, prestígio e apoio para exercer suas funções.
- Participar de reuniões de planejamento e avaliação e integrar conselhos ou comissões escolares que venham ser constituídas.
- Ter a liberdade na aplicação de projetos didáticos, respeitando as normas pedagógicas e a filosofia educacional da Rede Municipal de Ensino.
- Dispor de material suficiente e adequado para exercer com eficiência suas funções;
- Apresentar sugestões e crítica construtivas que levem à melhoria do trabalho pedagógico.
- São deveres dos professores e dos especialistas, no que couber:
- Possuir domínio do conteúdo relacionado a sua área, demonstrando uma cultura geral atualizada;
- Respeitar os fins e objetivos da educação nacional e zelar pelo atendimento à filosofia educacional da Rede municipal de Ensino.
- Ter visão do processo educativo em seu conjunto, correlacionando com os demais professores, disciplinas e órgãos de apoio;
- Participar da elaboração da proposta pedagógica, zelando para o seu fiel cumprimento e apresentar no prazo fixado o plano de ensino;
- Zelar pela aprendizagem dos alunos.
- Cumprir a carga horária estabelecida, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, a avaliação e o desenvolvimento profissional.
- Frequentar cursos de aperfeiçoamento e atualização, sessões cívicas e solenidades promovidas sempre que for convocado.
- Estabelecer estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento.
- Repor as aulas não ministradas, quando por motivo de faltas não houver cumprido a carga horária exigida;
- Manter com os colegas o espírito de colaboração e solidariedade, indispensáveis a uma escola de qualidade;
- Manter os registros escolares de sua competência atualizados, ressaltando quando necessário e devidamente datados e assinados;
- Colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade.

11- CONSELHO ESCOLAR

O Conselho Escolar tem como finalidade acompanhar as atividades e projetos realizados por esta Unidade Escolar com o objetivo de promover a participação e a integração de pais e responsáveis no desenvolvimento da prática pedagógica e ensino- aprendizagem.

O Conselho deve realizar o mínimo de uma (1) reunião por bimestre e participar das formações promovidas pela Secretaria Municipal de Educação de acordo com o cronograma para entender o processo de execução do Conselho no espaço educativo.

Em 2023 realizou-se a eleição para compor novos e/ou reconduzir os membros do Conselho Escolar. A eleição ocorre a cada dois anos.

(ANEXO IV)

12 – O ATENDIMENTO NA SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS

A Sala de Recursos atende alunos em período contrário ao de sala de aula regular. Este atendimento destina-se a alunos egressos da Educação Especial ou aqueles que apresentam problemas de aprendizagem com atraso significativo, distúrbio de aprendizagem e ou deficiência mental. Na maioria dos casos os alunos vêm com avaliação psicopedagógica realizada nos anos iniciais do ensino fundamental. A partir de laudos anteriores ou constatação de que o aluno possuiu dificuldades significativas de aprendizagem, o aluno é avaliado por uma equipe formada por professores, equipe pedagógica e professores especializados. Muitas vezes é necessário um atendimento complementar com Psicólogo, Psicopedagogo ou Fonoaudiólogo, neste caso a escola estará fazendo encaminhamento ao CAPE. A professora responsável pela Sala de Recursos tem formação na área de Educação Especial e trabalha com número de alunos reduzido, distribuídos em um cronograma semanal, não ultrapassando 02 horas diárias. O atendimento em Sala Regular visa amenizar a dificuldade de aprendizagem e a programação a ser trabalhada deverá observar as áreas do desenvolvimento (cognitiva, motora, sócio-afetiva-emocional) de forma a subsidiar os conceitos e conteúdos defasados no processo de aprendizagem para atingir o currículo da classe comum.

13 -PROGRAMAS E PROJETOS DESENVOLVIDOS NA ESCOLA

13.1- PROGRAMAS FEDERAIS E ESTADUAIS E ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE TRÊS RIOS

- **Programa Tempo de Aprender** – Realizado cadastro no PDDE Interativo, com curso para os professores através da plataforma AVAMEC, assistentes de alfabetização com 5 horas nas turmas de 1º e 2º anos.
- **Programa Educação Conectada** - Realizada cadastro no PDDE Interativo - programa de

- **Inovação Educação Conectada** do Ministério da Educação como objetivo de apoiar a universalização do acesso à internet de alta velocidade, e fomentar o uso de tecnologia digital na escola, oferecendo recursos para garantir o acesso dos alunos e profissionais à internet.
- **Sala de recurso multifuncional** – Realizado cadastro no PDDE Interativo. A sala já Instalada recebeu recursos pra aquisição de novos materiais.
- **OBMEP** – Criada em 2005 para estimular o estudo da matemática e identificar talentos na área, a OBMEP tem como objetivos principais:

Estimular e promover o estudo da Matemática;

- Contribuir para a melhoria da qualidade da educação básica, possibilitando que um maior número de alunos brasileiros possa ter acesso a material didático de qualidade;
- Identificar jovens talentos e incentivar seu ingresso em universidades, nas áreas científicas e tecnológicas;
- Incentivar o aperfeiçoamento dos professores das escolas públicas, contribuindo para a sua valorização profissional;
- Contribuir para a integração das escolas brasileiras com as universidades públicas, os institutos de pesquisa e com as sociedades científicas;
- Promover a inclusão social por meio da difusão do conhecimento.
- Participação das turmas de 6º ao 9º ano com 7 alunos aprovados para 2ª Fase em 2023.
- **OBMEP MIRIM** - A 2ª Olimpíada Mirim - OBMEP é dirigida aos(as) alunos(as) dos 2º, 3º, 4º e 5º anos do Ensino Fundamental de escolas públicas municipais, estaduais e federais e de escolas privadas localizadas no território brasileiro.

São objetivos da Olimpíada Mirim - OBMEP:

- Estimular e promover o estudo da Matemática no Brasil;
- Contribuir para a melhoria da qualidade da educação básica, possibilitando que um maior número de alunos(as) brasileiros(as) possa ter acesso a material didático de qualidade;
- Promover a difusão da cultura matemática;
- Identificar jovens talentos;
- Incentivar o aperfeiçoamento dos professores das escolas públicas, contribuindo para a sua valorização profissional; e
- Promover a inclusão social por meio da difusão do conhecimento.
- **FEATRI** - Feira de Educação e artes de Três Rios.
- **Programa Patrulha Escolar e Proteção à Criança e ao Adolescente** - O Programa Proporciona o contato direto com a gestora da Unidade, onde participaram de reunião de pais e responsáveis e estiveram nas escolas várias vezes para atendimento e orientação a alunos e responsáveis.

- **Programa Municipal de Combate ao Bullying** - com ações desenvolvidas nas Unidades têm como objetivo desidrar o bullying nas suas fontes originais, em atendimento a Lei 13.185/15 que institui o Programa de Combate ao Bullying em todo o território nacional.

ANEXO V - Programa Municipal e Plano de ação da Escola

- LEI Nº 1067/2015 - Institui o Programa Educacional de Resistência às Drogas (**PROERD**) no âmbito do Estado do Rio De Janeiro
- **Semana Nacional de Ciência e Tecnologia** – Realização da Feira de Ciências e Feirinha de Ciências na escola; Participação na Semana Municipal de Ciências e Tecnologia.
- **PROGRAMA SAÚDE NA ESCOLA** - O Programa Saúde na Escola (PSE), política intersetorial da Saúde e da Educação, foi instituído em 2007 pelo [Decreto Presidencial nº 6.286, de 5 de dezembro de 2007](#). As políticas de saúde e educação voltadas às crianças, adolescentes, jovens e adultos da educação pública brasileira se unem para promover saúde e educação integral. A intersetorialidade das redes públicas de saúde e de educação e das demais redes sociais para o desenvolvimento das ações do PSE implica mais do que ofertas de serviços num mesmo território, pois deve propiciar a sustentabilidade das ações a partir da conformação de redes de corresponsabilidade. A articulação entre Escola e Atenção Primária à Saúde é a base do Programa Saúde na Escola. O PSE é uma estratégia de integração da saúde e educação para o desenvolvimento da cidadania e da qualificação das políticas públicas brasileiras. Em nossa Unidade escolar a parceria acontece com a UBS de Bemposta.

13.2 - PROJETOS PROMOVIDOS PELA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA:

Os projetos relacionados no (**ANEXO VI**) contemplam a legislação e os principais temas importantes ao convívio escolar e em sociedade dos estudantes.

Cronogramas dos Projetos da Secretaria Municipal de Educação, Ciência e Tecnologia

(ANEXO VII)

13.4 Projetos Desenvolvidos da Escola

Em reunião com os professores para revisão do PPP e planejamento para o ano de 2024, a equipe de professores acordaram em trabalhar um projeto valorizando o local , tendo como tema central, que será elaborado e desenvolvido ao longo do ano, dentro deste projeto será incluído as atividades de registros de Leitura a ser incentivada de forma cotidiana e com culminância sempre com ênfase em atividades de leitura e escrita.

13.5– Ação pedagógica

- **13.5.1 - Projeto de recomposição de Aprendizagem** - Uma ação da Secretaria Municipal de Educação, Ciência e Tecnologia em parceria com os professores e equipe técnica- pedagógica, cujo objetivo é, promover condições de aprendizagem

diferenciadas para estudantes que não consolidaram as habilidades e competências necessárias ao seu ano de escolaridade.

Em nossa Unidade de Ensino o Projeto teve início a partir de maio de 2023, quando a Orientadora Pedagógica realizou uma sondagem com 15 estudantes do 6º ano de escolaridade, a qual os professores sinalizaram no Conselho de classe do 1º bimestre como estudantes que precisavam muito adquirir fluência em leitura, e desenvolvimento das habilidades básicas de escrita, interpretação e cálculos matemáticos.

A proposta foi enviada à Secretaria de Educação e a Professora Raquel trabalhou com atendimento aos estudantes, dividido por níveis, explorando atividades individuais a cada grupo, que tinha os encontros 2 vezes por semana.

Ao final do ano 12 estudantes tiveram bons resultados, e 2 ainda precisa de atenção quanto às habilidades não desenvolvidas e 1 deixou de frequentar. O relatório individual está na pasta do estudante.

- **13.5.2 - Projeto CAPE Itinerante** – Objetivo: Atender os alunos com dificuldades de aprendizagem na leitura e escrita e reduzir a dificuldade de acesso ao atendimento individualizado e especializado. A NECESSIDADE DO CAPE Itinerante no distrito de Bemposta se dá pela dificuldade de acesso das famílias levarem seus filhos para atendimento na sede do CAPE, localizada na Secretaria Municipal de Educação, ciência e Tecnologia.

ANEXO VIII – projeto com trabalho desenvolvido e resultados

TECNOLOGIAS NA PRÁTICA PEDAGÓGICA

A inovação e o uso de tecnologia na prática pedagógica contribuem para o processo de ensino-aprendizagem por meio da tecnologia a fim de formar estudantes mais ativos, de modo que o educador e a tecnologia se tornem mediadores desse processo, devendo estar unificados para que a aprendizagem se torne eficaz. Nesse sentido é importante que a escola tenha objetivos e metas claras contribuindo para a evolução e aperfeiçoamento das práticas.

15- ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

A alimentação escolar oferecida vem pela Secretaria Municipal de Educação, Ciência e Tecnologia por meio do recurso do PNAE/FNDE, COMPLEMENTADOS COM RECURSO PRÓPRIO. Oferecemos desjejum, almoço e lanche da tarde.

PARCERIAS

- **SESI/Firjan** – visitas guiadas à unidade de Três Rios, participação em oficinas e palestras para as turmas de 9º ano.

- **SESC** – atividades desenvolvidas na escola com apresentação de teatros e palestras, Projeto: Calada que Se Vence - SQN – “Quando a dor do outro é também a minha: O valor da ajuda entre pares”. – desenvolvido em continuidade com a turma do 9º ano B.

(ANEXO IX)

- **SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE** – Projeto Reciclagem, participação nas atividades da Semana do Meio Ambiente.

17- ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PPP

O acompanhamento e avaliação do Projeto Político Pedagógico da Escola dar-se-á em todos os momentos de planejamento das ações administrativas e pedagógicas, tendo como base os momentos destinados a reunião de pais e Avaliações Institucionais definidas no Calendário Escolar como Dia Letivo Temático.

Cabe à Direção e à Coordenação Pedagógica da Unidade Escolar a responsabilidade de articular e proporcionar momentos para reflexão e implementação do PPP, sejam nos encontros específicos com professores, assistentes, funcionários bem como nos momentos destinados a participação de toda a comunidade escolar.

A avaliação deve acontecer ao final da realização de cada ação ou projeto contido no Plano de Ação do ano vigente, envolvendo estudantes, professores, coordenação pedagógica e direção da Unidade Escolar e, no início do próximo ano letivo devem acontecer uma avaliação sistemática com a participação de toda a comunidade escolar para avaliar se os objetivos e metas definidos foram alcançados no ano anterior, com a finalidade de apresentar propostas para a realimentação e execução do Projeto Político Pedagógico no ano em curso, reformulando e aprimorando o que for necessário.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considera-se o presente documento um dos instrumentos que nortearão as atividades e decisões da Escola Estadual Municipalizada Guilhermina Guinle. Entretanto, estaremos em estreita sintonia com as orientações e documentos da SME que forem disponibilizados durante todo o ano letivo

18– REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei 8.069/90. São Paulo, Atlas, 1991.

BRASIL .Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2008

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018.

Estatuto da Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Municipalizada Guilhermina Guinle.

Referencial Curricular de Três Rios, 2019

Regimento Escolas das Escolas Municipais de Três Rios

Anexo



CALENDÁRIO LETIVO 2023 - REFORMULADO

SECRETARIA DE
EDUCAÇÃO
CIÊNCIA E TECNOLOGIA

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	TOTAL	C.H	Bimestres
FEV	C	C	C	S	D	★					SL	D					DM	S	D	R	F	R	R	R	S	D						12	48	1º bim. 54 dias
MAR				S	D						S	D						S	D						S	D						23	92	
ABR	S	D				DM	F	S	D						SL	D					F	S	D			CC	CC	CC	SL	D		19	76	
MAI	F					S	D						SL	D						S	D						S	D				23	92	2º bim 55 dias (término 14/7)
JUN			SL	D				F	R	S	D						S	D				Featri	Featri	Featri	D						22	88		
JUL	S	D						S	D			CC	CC	CC	S	D	R	R	R	R	R	S	D	R	R	R	R	R	S	D		11	44	
AGO					S	D						S	D						S	D						S	D					23	92	3º bim 44 dias (início 31/7)
SET		S	D				F	R	S	D						S	D						SL	D			CC	CC	CC	S		20	80	
OUT	D						S	D				F	R	S	D			FCT	FCT	FCT	FCT	D						S	D			21	84	
NOV		F	R	S	D					S	D					F	CN	CN	SL	D	F				S	D					19	76	4º bim. 50 dias	
DEZ		S	D						S	D	CC	CC			F	★	S	D	RF	CCFF/T	ET	ET	ET								10	40		
																																203	812	

- C** Capacitação
- ★ Início e Término do ano letivo
- CC** Conselho de Classe
- RF** Recuperação Final
- SL** Sábado letivo

- FEATRI** FEIRA DE EDUCAÇÃO E ARTES DE TRÊS RIOS C/SÁBADO LETIVO
- F** FERIADO
- R** Recesso
- CN** Consciência Negra
- FCT** FEIRA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA C/SÁBADO LETIVO
- DM** Decreto Municipal
- CCF** Conselho de Classe Final
- TI** Trabalho Interno
- ET** Entrega de Trabalhos

- SÁBADOS LETIVOS (completando CH)**
- 11/02** - referente à 6ª feira
 - 15/04** - referente à 5ª feira
 - 29/04** - referente a 5ª feira
 - 13/05** - referente à 5ª feira
 - 03/06** - referente à 5ª feira
 - 24/06** - referente à 6ª feira
 - 23/09** - referente à quinta-feira
 - 21/10** - referente à 6ª feira
 - 18/11** - referente à 5ª feira

O dia 07/09/2023 será Letivo para as escolas que desfilarem. O dia 29/04/2023 será Letivo para as Escolas com atividades remotas para os alunos e Seminário sobre Autismo para os professores em seus horários de trabalho.



CALENDÁRIO LETIVO 2024

Secretaria de
**EDUCAÇÃO, CIÊNCIA
E TECNOLOGIA**



	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	TOTAL	C.H	Bimestres
FEV	C	C	S	D	★					S	D	R	F	R	R	R	S	D						S	D							14	56	1º bim. 53 dias
MAR		S	D						S	D						S	D						S	D			R	F	S	D	19	76		
ABR						S	D						S	D						S	D	R	F	CC	CC	CC	S	D				20	80	
MAI	F			S	D						SL	D						S	D						S	D				F	R	21	84	2º bim 55 dias
JUN	S	D						S	D						S	D				Featri	Featri	SL	D					S	D		21	84		
JUL						S	D			CC	CC	CC	S	D	R	R	R	R	R	S	D	R	R	R	R	R	S	D				13	52	3º bim 43 dias
AGO			S	D						S	D						S	D						S	D					S	22	88		
SET	D						F	D						S	D					S	D			CC	CC	CC	CC	S	D			21	84	
OUT					S	D						SF	D	R	F	FCT	FCT	FCT	S	D						S	D	F				20	80	4º bim. 50 dias
NOV		SF	D						SL	D					F	S	D	CN	CN	F			S	D					S		20	80		
DEZ	D						S	D		CC	CC	CC	★	SF	D	RF	CCF/TI	ET	ET	ET	S	D										10	40	
																																201	804	

- C** Capacitação
- ★ Início e Término do Ano Letivo
- CC** Conselho de Classe
- RF** Recuperação Final
- SL** Sábado Letivo
- SF** Sábado Feriado

- FEATRI** Feira de Educação e Artes de Três Rios
- F** Feriado
- R** Recesso
- CN** Consciência Negra
- FCT** Feira de Ciências e Tecnologia
- CCF** Conselho de Classe Final
- TI** Trabalho Interno
- ET** Entrega de Trabalhos

SÁBADOS LETIVOS (completando CH)	
11/05	referente à 6ª feira
22/06	referente à 2ª feira
09/11	margem de segurança



Escola Estadual Municipalizada Guilhermina Guinle
E-mail: escolaguilherminaguinle@bol.com.br
Rua Werneck, 302 Bemposta.
Três Rios RJ – CEP: 25.840-000.
Tel.: (24) 2258-2138



NORMAS DISCIPLINARES:

Visando uma Educação Pública de qualidade, a qual todos os estudantes matriculados têm direito. A fim de garantir um clima de harmonia na convivência entre alunos, professores e funcionários, a equipe da Escola Estadual Municipalizada Guilhermina Guinle estabelece normas a serem seguidas por seu corpo docente. Estas normas tem o objetivo de colaborar para o cumprimento do Projeto Político Pedagógico, visando a aprendizagem integral dos alunos, a autonomia e consciência crítica para seu desenvolvimento enquanto cidadão.

As Normas Disciplinares foram elaboradas pela equipe de Suporte Pedagógico e será apresentada ao Conselho Escolar e Grêmios Estudantil da Unidade Escolar que durante o ano de 2024 avaliará sua implementação e dará sugestões para revisão.

Solicitamos que V. S^a oriente seu filho/a/dependente a cumprir as regras aqui determinadas, onde já estarão exercitando seu papel de cidadão. A partir do ano de 2024 observaremos o seguinte quanto a:

ENTRADA E SAÍDA DO ESTUDANTE:

Os portões da Escola estarão abertos a partir das 07h15m. O horário de início das aulas é às 7h30m (1º turno) e às 12h30m (2º turno). Para segurança do estudante, deve chegar e entrar imediatamente para a escola, principalmente os que utilizam transporte escolar, não devendo dar voltinhas na praça e arredores da escola. A saída antes do término das aulas só será permitida mediante solicitação dos responsáveis, por escrito, datada e assinada.

UNIFORMES:

O uniforme diário é de uso **OBRIGATÓRIO**, sendo o mesmo exigido em todas as dependências da Escola e em todas as atividades pedagógicas. O uniforme consiste de camisa de uniforme (não devendo em hipótese alguma, ser cortada ou amarrada), calça, bermuda e saia 10 cm. Acima do joelho. **NÃO É PERMITIDO, calça ou bermudas rasgadas.**

MATERIAL ESCOLAR:

O material é de uso individual e **OBRIGATÓRIO**. Além de estar devidamente identificado, deverá acompanhar o aluno diariamente, conforme as aulas do dia. O aluno deve ter seu material organizado e necessário, principalmente os livros didáticos, que devem ser encapados e identificados assim que receberem. Alunos do 6º ao 9º ano devem ter todo cuidado com o livro, lembrando que será utilizado por outro colega no ano seguinte.

OBJETO DE VALOR:

A escola não se responsabiliza por perdas e danos de objetos de valores. **TELEFONE CELULAR E APARELHOS ELETRÔNICOS.** De preferência não trazer para escola, caso traga saiba que não nos responsabilizamos.

Caso haja uso indevido, sem a permissão do professor o objeto será recolhido e entregue na direção e só o responsável poderá retirá-lo.

TAREFAS ESCOLARES:

O aluno deve ser assíduo e pontual com as tarefas escolares. Quando faltar aula, o aluno deve procurar um colega ou professor para se informar das atividades dadas. É importante que você, responsável, oriente seu filho a fazer isso.

Os trabalhos e pesquisas devem ser entregues no **dia marcado** pelo professor, caso entregue após o prazo, a pontuação será menor, a critério do professor.



Escola Estadual Municipalizada Guilhermina Guinle
E-mail: escolaguilherminaguinle@bol.com.br
Rua Werneck, 302 Bemposta.
Três Rios RJ – CEP: 25.840-000.
Tel.: (24) 2258-2138



INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO:

A avaliação do desempenho escolar dos estudantes da E. E. M. Guilhermina Guinle é constituído por no mínimo **4 (quatro)** instrumentos de avaliação, cujo somatório resultará na nota do bimestre.

Os instrumentos de avaliação serão determinados pelos professores a cada bimestre, tendo o somatório de 10 para média do bimestre.

É fundamental, que você responsável, acompanhe ao longo do bimestre todas as atividades realizadas, e ao final de cada bimestre compareça à reunião de pais para estar acompanhando os resultados de seu filho(a), a fim de buscar estratégias para recuperação das atividades que seu filho (a) não conseguiu realizar por algum motivo.

CRITÉRIOS PARA APROVAÇÃO

O estudante que obtiver média final em todos os componentes curriculares igual ou superior a 5.0 (cinco) estarão automaticamente aprovados à série seguinte.

Se o estudante não obter a média 5,0 no primeiro semestre (julho) e no segundo semestre (dezembro), fará a **RECUPERAÇÃO PARALELA**, com estratégias de trabalhos diversificados e metodologias diferenciadas para aquisição das habilidades não desenvolvidas. Tendo a oportunidade de sanar suas dificuldades.

Se ainda assim, média final do componente curricular for inferior a 5.0, o aluno terá Recuperação Final.

O aluno que não obtiver aprovação em 02 (dois) componentes curriculares poderá fazer a promoção parcial à série seguinte, ficando com **DEPENDÊNCIA** nestes componentes. O aluno que não obtiver aprovação em 03 (três) ou mais componentes curriculares será Reprovado.

RDP - REGISTRO DISCIPLINAR E PEDAGÓGICO DO ALUNO

Os registros Comportamental poderão ser registradas em nome de um professor ou de um funcionário da instituição.

Quando se tratar de registro do tipo Pedagógico o responsável pelo registro obrigatoriamente deverá ser um professor.

Sempre que houver descumprimento das regras estabelecidas, a família será comunicada e orientada, devendo tomar ciência do ocorrido e no espaço adequado **registrar qual a providência tomada pelo responsável**, para a resolução do problema apresentado, se comprometendo junto com a escola, para o desenvolvimento e crescimento do estudante, **assinando e devolvendo à escola imediatamente** para ser arquivado.

Certos de que não teremos problemas com os estudantes que têm comportamento respeitoso com a comunidade escolar respeitando as normas estabelecidas. Damos ciência aos pais/reponsáveis para que todos tenham conhecimento e auxiliem no cumprimento das Normas disciplinares da escola, para o sucesso de seu filho(a).



Programa Municipal de Combate à Intimidação Sistemática

-

Bullying

Prefeitura Municipal de Três Rios
Secretaria Municipal de Educação, Ciência e Tecnologia
Setor Pedagógico

Programa Municipal de Combate à Intimidação Sistemática - Bullying

Três Rios

2022

Prefeitura Municipal de Três Rios
Secretaria Municipal de Educação, Ciência e Tecnologia
Setor Pedagógico

Joacir Barbaglio Pereira
Prefeito

Jacqueson Martins Lima
Vice-prefeito

Ana Paula Azevedo Oliveira
Secretária de Educação, Ciência e Tecnologia

Sandra Modesto
Subsecretária de Educação, Ciência e Tecnologia

Três Rios

2022

Prefeitura Municipal de Três Rios
Secretaria Municipal de Educação, Ciência e Tecnologia
Setor Pedagógico

Programa Municipal de Combate à Intimidação Sistemática - Bullying

(Org.)

Edna Cardoso

Hortência Grillo

Rafael Lotério

Três Rios

2022

Sumário

Introdução.....	5
Justificativa.....	7
Os objetivos do Programa.....	9
Situação quantitativa.....	11
Parcerias.....	13
Ações.....	16
Observações finais.....	18
Referências bibliográficas.....	19

1.Introdução

A escola ocupa uma posição ao mesmo tempo exigente e delicada pela superlativa responsabilidade que lhe é constantemente direcionada pela complexificação das relações sociais. Seu cotidiano é cada vez mais árduo porque nele diversos cenários se entrecruzam, gerando um emaranhado de microuniversos que exigem diuturnamente que sejam repensados não apenas na sua dinâmica básica, com reflexo na sua prática, mas, em seu sentido geral, com ênfase nos seus objetivos e metas, na sua filosofia.

Justamente porque a escola é um cenário que abriga tantas peculiaridades, se torna facilmente o ambiente em que os choques de perspectivas, de modos de vida e pensamento geram desentendimentos e conflitos, tornando a ocorrência do bullying algo muito sério e não apenas ocasional. O termo *bullying* pertence à língua inglesa e, pela gravidade do que representa, foi apropriado mundialmente (CNJ, 2010, p. 12) para abrigar e descrever um conjunto de atos capitaneados pela intimidação e pela violência, tanto física quanto psicológica, que são caracterizadas por uma marcada intencionalidade e pela intransigente recorrência.

[...] é uma das formas de violência escolar mais comuns e trata-se de um comportamento agressivo, intencional e sistemático, num contexto específico (escola), ligado a ações físicas, verbais, psicológicas e sexuais [...] O bullying é então definido como um abuso de poder, onde existem comportamentos caracterizados por ações negativas, intensão de magoar, repetição e desequilíbrio de poder (físico ou social) entre a vítima e o agressor, cuja vítima não consegue se defender. (FONSECA, 2015, p. 11 e 15)

A Lei Federal 13.185, de 06 de novembro de 2015, caracteriza o bullying entre dois tipos de violência: a física e a psicológica. O Art. 2º especifica os atos de intimidação, humilhação e discriminação como atributos dele e enumera:

- I** - ataques físicos;
- II** - insultos pessoais;
- III** - comentários sistemáticos e apelidos pejorativos;
- IV** - ameaças por quaisquer meios;
- V** - grafites depreciativos;
- VI** - expressões preconceituosas;
- VII** - isolamento social consciente e premeditado;
- VIII** - pilhérias.

Esses atos em geral são cometidos por indivíduos, mas não é raro que também sejam protagonizados por grupos, revelando uma problemática desigualdade de poder na relação entre

a vítima e o agressor. No momento em que se encontra, refletindo as tensões, as mudanças e a instabilidade de uma época, o microrganismo escolar reproduz o macrorganismo da sociedade contemporânea.

[...] não podemos nos esquecer de que vivemos numa época na qual as mudanças ocorrem em ritmo, no mínimo, acelerado. Assim, tais referências se tornam rapidamente ultrapassada para orientar a vida dos adolescentes que vivem em uma realidade contemporânea em contínua transformação. São os “tempos líquidos” (como costuma afirmar o sociólogo polonês Zygmunt Bauman), nos quais os fatos e as ideias se processam de forma tão veloz que tudo parece escorrer por entre nossos dedos. (SILVA, 2015, p. 57)

Desse cenário é possível interpretar com um pouco mais de prudência a crescente ocorrência de casos de bullying no Brasil, atestada pela Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar de 2019 (IBGE, 2021, p. 41-42). Nesse documento é possível perceber que no geral a violência tem crescido de forma preocupante em todas as faixas etárias (NETO, 2005, p. 166). O bullying, entretanto, assim como tipificado na Lei de 2015 mostra acentuado percentual na adolescência, período entrecruzado por muitas exigências, muitas mudanças e pela destacada carência de referenciais seguros (BANDEIRA; HUTZ, 2012, p. 37).

Indiscutivelmente a violência é um fenômeno presente em todos os lugares e em todos os círculos sociais. Evidentemente não é uma exclusividade da sociedade brasileira, menos ainda da época presente. Entretanto, fatores estruturais da história do país e das diferentes sociedades que o constituem favorecem um processo preocupante de naturalização da violência.

O conceito de violência é ambíguo, complexo, implica vários elementos e posições teóricas e variadas maneiras de solução ou eliminação. As formas de violência são tão numerosas, que é difícil elencá-las de modo satisfatório. Diversos profissionais, especialmente na mídia, manifestam-se sobre ela, oferecem alternativas de solução; todavia, a violência surge na sociedade sempre de modo novo e ninguém consegue evitá-la por completo [...]. A violência pode ser natural ou artificial. No primeiro caso, ninguém está livre da violência, ela é própria de todos os seres humanos. No segundo caso, a violência é geralmente um excesso de força de uns sobre outros. (PAVIANI, 2016, p. 8).

No cotidiano esse “excesso de força” se manifesta tanto de forma estrutural quanto de forma conjuntural. No primeiro caso trata-se de formas de violência que estão enraizadas nas mais diferentes instituições e que possui, ela própria, características institucionalizadas. É uma categoria mais geral e com um espectro de atuação mais amplo, mais intenso e mais profundo. Já no caso da violência conjuntural há um caráter mais localizado, mais imediato, com um espectro de atuação mais célere porque ocorre como resposta a uma ação direta ou como

consequência de fatores imediatos e circunstanciais. Devido a muitos fatores o uso da violência, nas suas diferentes nuances, tem se intensificado e o bullying acompanha esse movimento ascendente, sendo ele próprio uma consequência tanto da normalização dela quanto de sua banalização.

Pensando no avanço dos casos e na impregnação cada vez mais acentuada da violência, o Programa Municipal de Combate à Intimidação Sistemática – Bullying foi elaborado pela Secretaria Municipal de Educação, Ciência e Tecnologia de Três Rios para contemplar a execução satisfatória da Lei 13.185. Em meados de 2021, atendendo às solicitações do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro quanto ao cumprimento da referida Lei, o setor pedagógico da Secretaria de Educação iniciou uma série de diálogos e tratativas com diferentes órgãos e Secretarias da gestão pública municipal, bem como com as redes estadual e particular de ensino no sentido de alinhar propostas e perspectivas em torno de uma preocupação comum e recorrente com vistas à construção do Programa. Diversos encontros foram organizados para promover a troca de ideias e a construção de perspectivas de trabalho que considerem a realidade conjuntural de Três Rios.

Até o início desse diálogo os possíveis casos de bullying eram tratados com o rigor e a seriedade que a questão demanda, com o registro e intervenções, quando necessário. Não havia se formalizado um procedimento padrão para o enfrentamento do problema nem criado os canais para facilitar o acesso dos alunos a atendimento especializado se a questão demandasse. As decisões e posições tomadas diante dos fatos, na predominante maioria das vezes, era pontual, a depender de cada Unidade de Ensino e das características gerais do ocorrido. A grande dificuldade quando não se tem um protocolo padrão unificado é que se torna exponencialmente mais difícil entender o fenômeno como uma questão de saúde pública (o que é extremamente necessário considerar no cenário contemporâneo), porque dispersos em livros ata de cada Unidade de Ensino o problema acaba decantado e falsifica suas reais dimensões, dificultando ou até impedindo que a atenção devida seja canalizada para dar resposta eficiente aos casos. Com a elaboração do presente plano essa perspectiva deverá ser corrigida com a criação de uma ferramenta de registro que garantirá a documentação organizada dos casos e seu tratamento diferenciado, promovendo um enfrentamento eficaz com base em planos de ação monitorados e atendimento especializado facilitado.

2. Justificativa _____.

O bullying é uma realidade dissolvida no cotidiano de qualquer escola porque a violência é um fato social naturalizado na sociedade moderna. Justamente por isso se tornou

um fenômeno universalizado, característico das relações humanas e peculiar à vida escolar, fazendo parte do cotidiano da juventude. Portanto, tornou-se “um fenômeno de ocorrência muito comum no cenário escolar, com grande percentagem de alunos envolvidos nos diferentes papéis. Representa um fenômeno universal observável em praticamente todas as escolas” (BANDEIRA; HUTZ, 2012, p. 42).

O bullying é um fenômeno que cresce a cada dia em todas as escolas, sejam elas públicas ou privadas, de educação infantil ou nas universidades e tem o poder de provocar em suas vítimas sofrimento dos mais diversos tipos, uma vez que as ações contra as vítimas são repetitivas e têm a intenção clara de magoar, aterrorizar, depreciar, excluir, entre outras. (COUTINHO e YAEGASHI, 2015, p. 1)

O acelerado agravamento, nos últimos anos, das condições que tornam o bullying um problema tão comprometedor levou à exigência de uma legislação específica sobre o tema e de ações que objetivam a prevenção e o enfrentamento. Se as peculiaridades da juventude e dos ambientes de aprendizado sempre produziram características muito específicas, algo que dificilmente se pode contestar, o fato é que, na atualidade, com a multiplicação das exigências sobre a juventude, o estreitamento das perspectivas e a dificuldade de adesão a quaisquer propostas, os ambientes coletivos e a convivência metamorfosearam-se em desafios constantes, para os quais não há nem receita nem resposta fácil. O aumento dos casos de adoecimento mental (LOPES, 2016, p. 14) alertam para a fragilização de toda uma geração exageradamente exposta ao fracasso dos ideários que não lograram êxito e que encontram no discurso simplório da violência um recurso fácil e imediato e uma prática livre e ilusoriamente sem consequências.

A escola, sendo o círculo social proeminente para uma determinada faixa etária, se torna *corresponsável* nos casos de bullying, pois é onde os comportamentos agressivos e transgressores se evidenciam ou se agravam de forma mais contundente. Nesse sentido, a forma como as instituições se posicionam determina o enraizamento ou não da violência. É fato que, por sua natureza, a escola não tem instrumentos para um confronto em termos iguais para com a miríade de problemas que se reúnem sob o conceito de violência. Porém, a forma como se posiciona em relação ao aparecimento e propagação dela determina se haverá ou não impregnação. Auxiliar e conduzir as novas gerações na construção futura de uma sociedade mais equilibrada e menos violenta é um dos imperativos que orientam o presente Programa, que se baseia, sobretudo no registro, na documentação dos casos visto que uma das principais falhas no combate ao bullying, p. ex., é a falta de organização sobre a identificação dos casos, o *modus operandi* e frequência desse tipo de violência entre estudantes, algo que propicia o aumento no número e na gravidade dos casos pelo hiato de resposta proporcional.

A escola deve ser responsável por uma educação pautada em valores, portanto, não pode se mostrar titubeante no cumprimento de suas responsabilidades e no cumprimento da legislação vigente (esta asserção consta do Art. 5º, da Lei em discussão), bem como do seu próprio regulamento. Em contrapartida, a família, que é a principal responsável pela formação ético-moral dos discentes, pelo fomento dos valores, tais como, honestidade, solidariedade, respeito, tolerância, tem se mostrado ineficiente nessa tarefa ou tem simplesmente delegado à escola essas atribuições. Por sua vez, exaurida sob o peso das incontáveis responsabilidades que lhe são dirigidas, a escola tem demonstrado não estar preparada para abrigar efetiva e produtivamente esta função sem perda significativa de sua função mais específica. Por este motivo, se faz necessário um maior envolvimento entre família (sociedade civil como um todo), a escola e outras instituições democrático-republicanas para buscar soluções eficientes aos problemas vivenciados no ambiente escolar.

Diante de tal constatação é necessário que a escola disponha de ações voltadas para a conscientização, prevenção e enfrentamento ao bullying e ao *cyberbullying* de maneira organizada e contínua durante todo o ano letivo. Para tanto não bastam as intervenções pontuais, os projetos esporádicos ou a atenção dirigida aos problemas eventuais. A ideia é criar um ambiente capaz de orientar os educandos de forma plena e verdadeira para a cidadania e a prática do respeito, fomentando relacionamentos saudáveis e uma cultura de não violência, cumprindo assim com sua missão de educar os jovens para serem cidadãos éticos, responsáveis e capazes de conviver em sociedade. Tal empreitada não pode ser realizada sem a colaboração efetiva de todas as outras instituições da gestão pública.

3. Os objetivos do Programa

Tomando como ponto de partida e dialogando com as linhas primárias determinadas pela Lei Federal de 2015, destacam-se como objetivos gerais do Programa aqueles já elencados pela citada lei, em seu Art. 4º, e que são aqui reiterados:

I - prevenir e combater a prática da intimidação sistemática (**bullying**) em toda a sociedade.

II - capacitar docentes e equipes pedagógicas para a implementação das ações de discussão, prevenção, orientação e solução do problema.

III - implementar e disseminar campanhas de educação, conscientização e informação.

IV - instituir práticas de conduta e orientação de pais, familiares e responsáveis diante da identificação de vítimas e agressores.

V - dar assistência psicológica, social e jurídica às vítimas e aos agressores.

VI - integrar os meios de comunicação de massa com as escolas e a sociedade, como forma de identificação e conscientização do problema e forma de preveni-lo e combatê-lo.

VII - promover a cidadania, a capacidade empática e o respeito a terceiros, nos marcos de uma cultura de paz e tolerância mútua.

VIII - evitar, tanto quanto possível, a punição dos agressores, privilegiando mecanismos e instrumentos alternativos que promovam a efetiva responsabilização e a mudança de comportamento hostil.

IX - promover medidas de conscientização, prevenção e combate a todos os tipos de violência, com ênfase nas práticas recorrentes de intimidação sistemática (bullying), ou constrangimento físico e psicológico, cometidas por alunos, professores e outros profissionais integrantes de escola e de comunidade escolar.

Compreendendo que o Município tem características singulares, lançando mão dos recursos disponibilizados pelos órgãos e secretarias da gestão pública e considerando a heterogeneidade dos estabelecimentos de ensino em atividade no território, acrescentam-se a eles os seguintes objetivos específicos:

I – Adotar campanhas periódicas nas escolas desenvolvidas com a colaboração dos próprios alunos para manter a discussão sobre o tema inserida no cotidiano. Essas campanhas serão discutidas de forma pormenorizada no plano de ação a ser desenvolvido por cada Unidade Escolar, como especificado no item 6.1.

II – Manter o controle e a identificação dos casos de bullying através dos registros pontuais e bimestrais (ver anexo I e II), atendendo expressamente à exigência do Art 6º da supracitada Lei. Dois modelos de protocolos de registro foram elaborados para atender às determinações legais. Esses modelos contemplam todas as questões pertinentes à discussão e foram oferecidos tanto às escolas públicas municipais e estaduais quanto às escolas privadas. No primeiro deles será possível fazer os registros dos casos, estabelecendo as partes envolvidas (o responsável pela ação e a vítima), a identificação, segundo classificação legal, do tipo de bullying em questão e uma breve descrição dos fatos. Nesse mesmo registro, para aqueles casos que demandarem atenção por profissional da secretaria de saúde, há o encaminhamento, que permitirá à escola direcionar o aluno imediatamente para a Unidade Básica de Saúde. Um segundo registro será disponibilizado para agregar todos os casos notificados ao longo do bimestre. O registro bimestral quantificará os casos ocorridos ao longo do bimestre, considerando o número de alunos matriculados na Unidade, os tipos de bullying praticados e o número de encaminhamentos. Juntos os registros garantirão que todos os casos passíveis de notificação sejam documentados e que os alunos que necessitarem de atenção sejam regiamente

atendidos. Ao final de cada bimestre todas as escolas em funcionamento no município, com destaque para aquelas elencadas no item 4, deverão transferir seus dados para a Secretaria Municipal de Educação, Ciência e Tecnologia que se encarregará de interpretar as informações e produzir o relatório de que trata o Art 6º. É imperioso afirmar que todos os dados transferidos, bem como todo relatório produzido a partir deles, é sigiloso e só poderá ser compartilhado com o Ministério Público, a Defensoria Pública e os membros da comissão permanente a ser constituída para manutenção e desenvolvimento do Programa. Qualquer tipo de divulgação, parcial ou total, só será aprovada se permitida por $\frac{3}{4}$ dos membros da comissão e após anuência por escrito de cada Unidade de Ensino.

III – Formação de uma comissão de trabalho permanente do Programa, com participação de representantes das escolas públicas municipais e estaduais e da rede privada, dos órgãos e secretarias que se associaram como parceiros. Essa comissão ficará responsável por monitorar o cumprimento das diretrizes presentes neste documento e das metas estabelecidas nos planos de ação das Unidades de Ensino, a continuidade das campanhas nas escolas, as trocas de informações entre as instituições visando a melhoria das estratégias e auxiliando a organização das formações continuadas.

IV – Oferecer formação para os profissionais da educação afim de uni-los com subsídios para lidar cotidianamente com a prevenção e o enfrentamento do bullying. Em dinâmica a ser estabelecida pela comissão permanente do programa, elas serão oferecidas para as escolas públicas municipais e estaduais e para as escolas particulares. A organização delas e o formato serão previamente informados.

V – Favorecer a oferta aos canais de atendimento para assistência médica e psicológica para os envolvidos nos casos de bullying (cf. item 6.3).

4. Situação quantitativa das escolas de Ensino Fundamental II e Ensino Médio do Município de Três Rios em 2022 _____.

Em considerações prévias, condicionadas por reflexões oportunas derivadas da troca de informações sobre as atuais condições de ensino na faixa etária referente aos anos do Ensino Fundamental II e Médio, percebeu-se que há uma preocupação acentuada entre os profissionais acerca da prática de bullying. Entendeu-se, partindo daí, que a dinâmica de trabalho deve se basear, sobretudo, na elaboração de planos preventivos, quando se trata do Ensino Fundamental I, e planos de enfrentamento, quando referir-se às turmas de Ensino Fundamental II e Ensino Médio. Para vislumbrar a dimensão do público ao qual devem se destinar as ações de

Prefeitura Municipal de Três Rios
Secretaria Municipal de Educação, Ciência e Tecnologia
Programa Municipal de Combate à Intimidação Sistemática - Bullying

enfrentamento e entender as condições em que elas devem ser pensadas, apresentamos o quantitativo que representa a situação dessas etapas nas escolas da cidade:

Escolas Municipais.

Nº	Escola	Nº de turmas	Nº de alunos
01	Escola Municipal Américo Silva	10	340
02	CIEP 427 M. – Pref. Alberto da Silva Lavinias	07	272
03	Colégio Municipal Walter Francklin	18	585
04	Escola Estadual Municipalizada Guilhermina Guinle	06	170
05	Escola Municipal Alcina de Almeida	11	321
06	Escola Municipal Joaquim Tibúrcio Junqueira	06	168
07	Escola Estadual Municipalizada Luther King	04	117
08	Escola Municipal Maria das Graças Vieira	04	106
09	Escola Municipal Prefeito Samir Nasser (EJA)	04	130
10	Escola Municipal Modesta Sola	05	142
11	Escola Municipal Santa Luzia	04	125
TOTAL			2476

Escolas Estaduais

Nº	Escola	Nº de turmas	Nº de alunos
01	Colégio Estadual Condessa do Rio Novo	12	496
02	Colégio Estadual Drº Valmir Peçanha	08	218
03	Colégio Estadual Moacyr Padilha	33	916
04	Colégio Estadual Professor Kopke	17	474
05	Colégio Estadual Roberto Coelho Pedroso	09	219
06	Colégio Estadual Urbano Carlos de Almeida	14	306
07	CIEP 456 – Professor Marcos Costa Reis Dutra	20	689
08	Instituto de Educação Profº Joel Monnerat	09	298
09	Colégio Cívico Militar	Não informado	Não informado
TOTAL			3616

Escolas Particulares

Prefeitura Municipal de Três Rios
Secretaria Municipal de Educação, Ciência e Tecnologia
Programa Municipal de Combate à Intimidação Sistemática - Bullying

Nº	Escola	Nº de turmas	Nº de alunos
01	Colégio Bom Pastor	Não informado	Não informado
02	Colégio Santo Antônio	07	252
03	Escola Cecília Meireles	04	76
04	Escola Nossa Senhora Aparecida	07	167
05	Colégio Delta	07	177
06	Centro Educacional Laura Cabral	10	220
07	Centro de Ensino Vila Isabel - CEVI	07	103
08	Colégio Ruy Barbosa	13	458
09	Colégio Santa Clara	09	152
10	Elite Três Rios	08	360
11	Escola Nossa Senhora de Fátima	07	227
TOTAL			1965

5. As parcerias _____.

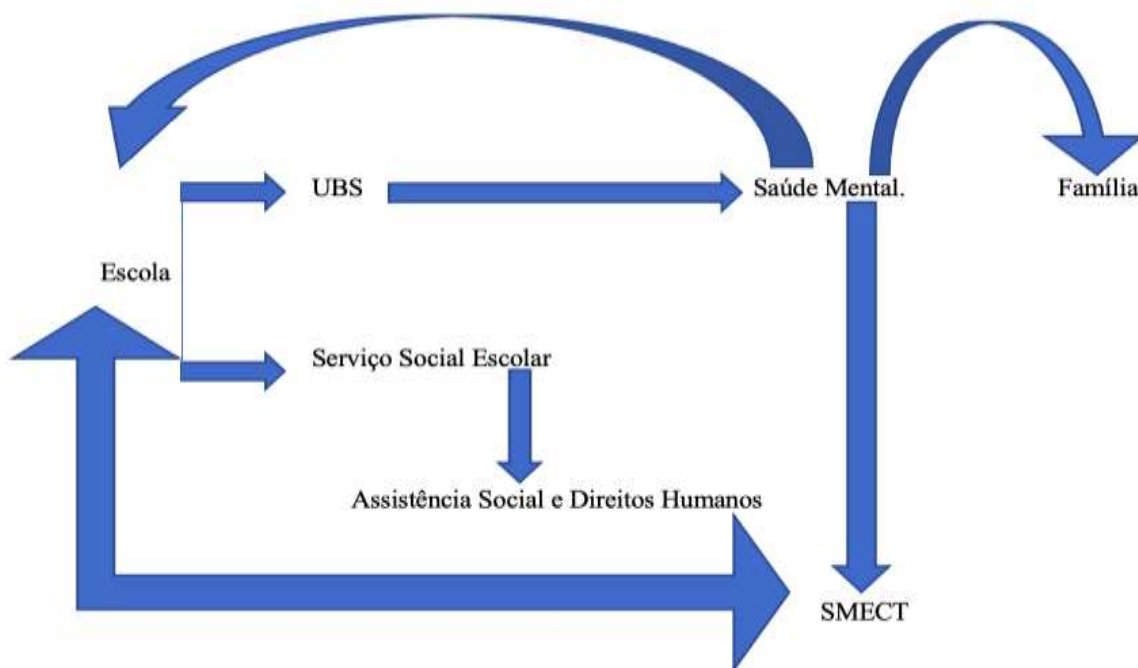
Côncios de que o bullying é um fenômeno com muitas variáveis, que tem múltiplos formatos e múltiplas formas, empreender um trabalho eficiente de combate e prevenção demanda contatar forças estratégicas para desmobilizar e desidratar as fontes que possivelmente fortalecem a intimidação e a violência. Para tanto, as parcerias que integram a gestão pública municipal foram convidadas a apresentar contribuições próprias, em consonância com a Secretaria de Educação, com base na sua estrutura de atendimento ao cidadão, para tornar possível a realização das demandas do Programa. A dinâmica é dupla: identificar os tipos de serviço mais necessários para satisfazer a carestia de referências quanto ao tema e aproximar da comunidade escolar os serviços públicos já existentes que venham de encontro às suas necessidades ajustadas. Atualmente quatro (4) parcerias foram firmadas e seus serviços postos à disposição. Posteriormente, se e quando necessário, outros órgãos e outras secretarias podem ser adicionadas, como estabelecido no Art. 7º da Lei 13.185.

São parceiros permanentes:

- a) a Secretaria Municipal de Saúde;
- b) a guarda municipal / patrulha escolar;
- c) o PROERD
- e d) a Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos.

5.1. Secretaria Municipal de Saúde:

A Secretaria Municipal de Saúde colocou-se à disposição tanto para auxiliar na organização das formações oferecidas aos profissionais da educação quanto para participar ativamente das atividades com alunos nas escolas. Além disso, visando melhorar a proximidade da escola com as comunidades e de ambas com os serviços públicos disponíveis, se colocou à disposição para as reuniões com pais e responsáveis e demais eventos para os quais sejam previamente convidados. Aspecto de particular importância são os encaminhamentos, que constam dos registros de caso de bullying (cf. Anexo I), que conectam de forma imediata as Unidades de Ensino às Unidades Básicas de Saúde (UBS). As UBSs serão, como ponto de referência ao atendimento primário, os principais mecanismos de facilitação das demandas que necessitarem de atendimento especializado (cf. fluxograma a seguir). Desta forma, casos que demandem atenção imediata ou urgente poderão ser encaminhados de forma direta pela escola e, após o primeiro acolhimento pelas Unidades Básicas, haverá o atendimento especializado por psicólogos do Ambulatório de Saúde Mental. Por sua vez, no atendimento psicológico haverá a possibilidade de contato com a família e o feedback tanto com a própria escola quanto com a Secretaria de Educação através do serviço social escolar. Pensando na integração dos serviços e na continuidade do atendimento, estimula-se a transferência de dados entre as Unidades de Ensino, o atendimento especializado, a família e a Secretaria de Educação.



5.2. Guarda Municipal e patrulha escolar:

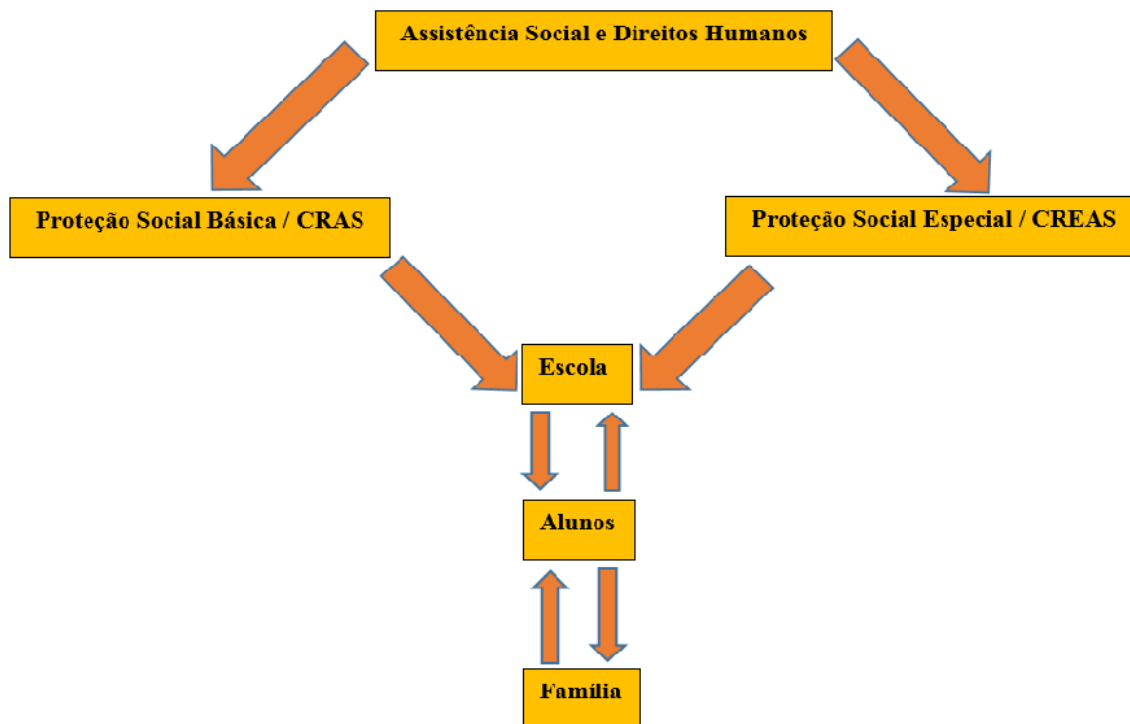
A guarda e a patrulha escolar poderão ser acionados especificamente para tratar dos casos notificados de bullying, servindo como um agente de afirmação para as possíveis intervenções da gestão. Em suas visitas rotineiras devem ter livre acesso aos registros de caso, que poderão servir como ferramenta de referência para suas próprias estratégias, e estarão disponíveis tanto para as atividades de prevenção quanto para as intervenções de combate. Nas formações para profissionais da educação participarão com atividades próprias, disponíveis também para as reuniões de pais e atividades elaboradas para alunos ou por alunos. Há, igualmente, a proposta de trabalho mais amigável com as representações discentes da rede pública municipal.

5.3. PROERD:

Esse parceiro possui planejamento e projetos próprios para o atendimento às turmas de Fundamental I. A proposta é aproximar as suas estratégias das elencadas no presente Programa no sentido de aperfeiçoar os métodos de aproximação e de realização das atividades, estreitando a abordagem para contemplar os elementos referentes ao bullying. À medida que previamente convidados também estarão disponíveis para as formações com profissionais da educação, atividades com alunos e reuniões de pais e responsáveis.

5.4. Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos:

A Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos coloca seus aparelhos (CRAS, CREAS) à disposição do Programa Municipal tanto para auxiliar e contribuir com as formações quanto para trabalhar de forma imediata com atendimento aos alunos e seus familiares. Quando se tratar de uma atividade coletiva, organizada pela escola, a secretaria se prontificou ao atendimento sob orientação da gestão da Unidade Escolar e com aval dos responsáveis pelo Programa. Visando evitar problemas de comunicação, sempre que uma Unidade de Ensino necessitar dos serviços da Assistência deve acionar primeiramente o serviço social escolar. Aqui também a ideia é aproximar as escolas dos serviços públicos disponíveis e conseqüentemente das comunidades. Para os casos em que se demandar atenção especial, esta também se dará através de encaminhamento através do serviço social escolar.



6. As ações

As ações orquestradas pelo Programa se dividem em três (3) macrocampos:

- a) o trabalho a ser desenvolvido diretamente com os alunos;
- b) o trabalho a ser empreendido com os profissionais da educação;
- e o c) o atendimento especializado.

6.1. Com os alunos:

Cada Unidade de Ensino, compreendida em sua complexidade e respeitando a sua autonomia, deverá elaborar um Plano de Ação especificamente voltado para a prevenção e o combate ao bullying, tomando como referência norteadora o presente Programa. Tal plano deve ter como objetivo as campanhas de educação, conscientização e informação, como expresso na citada Lei no Art 4º, item III. Poderá contar com o apoio da comissão organizadora do Programa e com a Secretaria Municipal de Educação, Ciência e Tecnologia. O Plano de Ação deve constar do Projeto Político Pedagógico da Unidade. A sugestão é que a escola oriente seus docentes a inserir as referências à prevenção e ao combate ao bullying como tema transversal, de forma que todas as disciplinas do currículo tenham a oportunidade de debater a questão. É recomendado, nesse caso, que todas as atividades desenvolvidas sejam registradas nos Diários

de Classe para possíveis verificações posteriores. É sugerido também que a escola discuta abertamente e divulgue em área de passagem comum as diretrizes disciplinares da instituição e o seu claro posicionamento de intolerância a todo e qualquer tipo de violência, estimulando, inclusive, as denúncias quanto ao bullying.

Pensando em realizar um trabalho orgânico, pautado em uma vivência real do fenômeno, a ideia é estimular o trabalho com as representações discentes em campanhas contínuas contra o bullying. Na rede municipal as dez (10) escolas que atendem ao público do Ensino Fundamental II possuem representação própria através dos Grêmios Estudantis. Essa representação pode ser encarregada de elaborar e promover as campanhas contra o bullying tanto quanto auxiliar com a identificação e comunicação dos possíveis casos aos profissionais responsáveis. Projetos verticalizados quase sempre têm seu êxito subtraído por não considerar que a experiência peculiar de um determinado fenômeno o torna único para quem interage com ele. Nesse caso, é importante que os próprios alunos compreendam a urgência de solucionar o problema e eles podem orientar o que é preciso ser feito e como deve ser feito. Pensando a complexidade do que a instituição escola é para a sociedade contemporânea, não é uma ideia extrínseca aos projetos de gestão atuais permitir que a experiência do aprendizado passe pela responsabilização discente. Enquanto trabalham para desencorajar a prática do bullying, também aprendem os principais mecanismos de sobrevivência de uma sociedade democrática. Portanto, delegar tal função aos próprios discentes promove o ideário da gestão democrática e torna possível que ações pontuais contundentes sejam efetivas, visto que eles enxergam o problema de forma peculiar e podem dar resposta mais proporcional a ele. Evidentemente, o trabalho deles deve ser constantemente monitorado e dirigido.

Nas escolas de Fundamental I, ainda com auxílio dos próprios alunos, campanhas semelhantes podem ser propostas, levando em consideração que a ênfase nesse caso recai muito mais sobre o cuidado precoce e a prevenção do que o combate. A participação dos professores, justamente devido à faixa etária, é mais contundente; porém, aqui também a ideia é conduzir os próprios discentes às reflexões e às decisões, que levam à uma conscientização mais profunda. O PROERD é o parceiro mais imediato para essa faixa etária, como já mencionado (cf. item 5.3).

6.2. Profissionais da educação:

Por profissionais da educação, para efeitos de quaisquer utilizações desse Programa, entende-se todo e qualquer profissional que atue de forma rotineira na Unidade Escolar: professoras (es), gestoras (es), secretárias, auxiliares de serviços gerais, orientadoras (es),

cozinheiras, zeladores ou coordenadores de turma. Nos inúmeros diálogos promovidos ao longo da elaboração do Programa percebeu-se que há uma tendência a concentrar a maioria das demandas escolares nos professores. No entanto, outras figuras do cotidiano escolar têm relações tão ou mais próximas com os alunos que o próprio professor. Nesse sentido, as formações também serão direcionadas para os demais profissionais objetivando estender a eles os insumos necessários para garantir que o problema seja prevenido e combatido da melhor forma. Serão responsáveis por essas formações os grupos de profissionais direcionados pelos parceiros.

6.3. Atendimento especializado:

As ações desenvolvidas nas Unidades têm como objetivo desidratar o bullying nas suas fontes originais. Esse trabalho é longo, árduo e gradual e seu sucesso está condicionado à continuidade, à persistência. Ainda que a expectativa seja de redução à medida que o grau de consciência dos educandos é dilatado, há os casos que demandam intervenção mais incisiva e atendimento especializado. Para esses casos, a Unidade de Ensino deve utilizar o protocolo de encaminhamento que se encontra na parte inferior do Registro de caso pontual de bullying (cf. anexo I) para direcionar os alunos à Unidade Básica de Saúde mais próxima. Os encaminhamentos devem ser entregues exclusivamente aos pais e/ou responsáveis, sendo destes o compromisso de levar o aluno até o atendimento. Após dar entrada no serviço de saúde, cabe ao mesmo manter tanto a escola quanto a Secretaria de Educação informadas do caso sempre que solicitado.

7. Observações finais _____.

Pela natureza do tema discutido nenhum aspecto do Programa aqui apresentado possui formatação definitiva. À medida que for possível aperfeiçoar as intervenções, as medidas de prevenção e combate, as parcerias e os mecanismos de atendimento especializado, o Programa será alterado e as autoridades competentes imediatamente comunicadas, sempre em vista a melhoria do mesmo.

7. Referências bibliográficas_____.

- BANDEIRA, Cláudia de Moraes; HUTZ, Cláudio Simon. Bullying: prevalência, implicações e diferenças entre os gêneros. **Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional**. São Paulo, Vol. 16, Nº 1, Janeiro/junho de 2012: p. 35-44;
- CNJ Conselho Nacional de Justiça. **Cartilha – Bullying: justiça nas escolas**, 2010.
- SILVA, Ana Beatriz Barbosa. **Bullying: mentes perigosas nas escolas**. São Paulo: Globo, 2015.
- FONSECA, P. **Bullying e Cyberbullying: estudo do fenômeno em jovens estudantes do ensino secundário**. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais. Universidade Fernando Pessoa, Porto, 2015. (Dissertação de Mestrado em Psicologia).
- LOPES, CS; ABREU, GA; SANTOS DF; MENEZES PR; CARVALHO, KMB; CUNHA, CF; et al. ERICA: prevalência de transtornos mentais comuns em adolescentes brasileiros. **Revista de Saúde Pública**. 2016; 50 (supl 1):14s.
- NETO, Aramis A. Lopes. Bullying: comportamento agressivo entre estudantes. **Jornal de Pediatria**. Volume 81, Nº 5, 2005: p. 164-172;
- PAVIANI, Jayme. Conceitos e formas de violência. In: MODENA, Maura Regina. **Conceitos e formas de violência**. Caxias do Sul: EDUCS, 2016.

Educação e Direitos humanos: a construção da igualdade

Justificativa	Público-alvo	Componentes Curriculares
<p>Inserir no cotidiano escolar abordagens e espaços de diálogo em que a construção da identidade subjetiva e social apareçam como forma de colaborar com a construção da igualdade. Esse espaço é pensado para colocar em evidência através das escolhas pedagógicas habituais temas que demandam maior atenção e que precisam ser reiteradamente discutidos, apreciados, citados e conceitualizados. Esses temas representam núcleos de significado que, na própria dinâmica do que representam, sugerem uma série de questões a eles relacionadas que necessitam de abordagem proporcional. São eles: 1. o racismo; 2. o sexismo; 3. as questões de classe; 4. as questões religiosas</p>	Alunos de 6º ao 9º anos	Língua Portuguesa Artes Geografia História Ensino Religioso
	Objetivo geral	Habilidades da BNCC
	Promover um processo de educação integral, nos moldes da BNCC, que contemple a formação de cidadãos	(EF69LP01), (EF69LP44), (EF69AR02) (EF06GE01), (EF07GE02), (EF08GE02), ((EF09GE03); (EF06HI16), (EF07HI15), (EF08HI14), (EF09HI16); (EF06ER06); (EF07ER06), (EF08ER02), (EF09ER02);
Descrição – Tema: Racismo	Sugestão de Avaliação Multidisciplinar	
<p>Língua Portuguesa: Utilizar textos, de diferentes gêneros, que tenham o racismo como tema central. Sugestão: textos biográficos. Artes: Analisar diferentes imagens que permitam discutir como se estabelecem os padrões estéticos. Geografia: Explorar os “lugares de vivência”, chamando atenção para o conflito entre centro-periferia e a relação que o mesmo tem na dinâmica de constituição do espaço social no Brasil. História: Tratar da divisão social do trabalho, introduzindo a ideia de “escravidão”, associada ao conceito de “raça”. Ensino Religioso: Demonstrar e explorar a diversidade de tradições religiosas como algo enriquecedor e não como um fator desidratante.</p>	<p>Língua Portuguesa, História e Ensino Religioso: produção de texto biográfico com base em pesquisa de alguma figura histórica. Apresentação oral da mesma e produção de mural com os textos. Artes e Geografia: mapeamento do bairro ao redor da escola. Construção coletiva de maquete ou construção individual de mapa da localidade.</p> <p>MÊS DA CONSCIÊNCIA NEGRA: articulação entre os diferentes componentes. Escolha de uma personalidade homenageada para o mês. Em redor dessa escolha devem-se promover: pesquisa biográfica (história), releituras em diferentes formatos (artes), discussão sobre a diversidade de costumes, a variar segundo dados biográficos (Ensino Religioso) e produção textual (língua portuguesa). A culminância pode ocorrer com a combinação, previamente orquestrada, dos diferentes trabalhos.</p>	
<p>Período de realização –A sugestão é: a cada bimestre escolher um dos temas (racismo, sexismo, questões de classe e questões religiosas) como possibilidade de discussão transversal e atrelar a atividade dela decorrente à um dos instrumentos avaliativos, como forma de garantir feedback proporcional.</p>		

Educação e Direitos humanos: a construção da igualdade

Justificativa	Público-alvo	Componentes Curriculares
<p>Inserir no cotidiano escolar abordagens e espaços de diálogo em que a construção da identidade subjetiva e social apareçam como forma de colaborar com a construção da igualdade. Esse espaço é pensado para colocar em evidência através das escolhas pedagógicas habituais temas que demandam maior atenção e que precisam ser reiteradamente discutidos, apreciados, citados e conceitualizados. Esses temas representam núcleos de significado que, na própria dinâmica do que representam, sugerem uma série de questões a eles relacionadas que necessitam de abordagem proporcional. São eles: 1. o racismo; 2. o sexismo; 3. as questões de classe; 4. as questões religiosas</p>	Alunos de 1º ao 5º anos	<p>Língua Portuguesa Artes Geografia História Ensino Religioso</p>
	Objetivo geral	Habilidades da BNCC
	<p>Promover um processo de educação integral, nos moldes da BNCC, que contemple a formação de cidadãos</p>	<p>(EF15LP01-04) (EF12LP02), (EF01LP02); (EF01LP16); (EF02LP17); (EF15AR03), (EF15AR-11-12); (EF15AR25); (EF01GE01-03-04-06-09); (EF02GE01-02-08); (EF03GE08-09); (EF04GE01-02-03-10); (EF05GE011-02); (EF01HI04-07); (EF02HI01-06-10); (EF03HI07-09-11); (EF03HI01-03-08); (EF05HI01-04); (EF01ER03); (EF02ER03); (EF03ER01-02); (EF04ER01-02); (EF05ER01);</p>
Descrição – Tema: Racismo	Sugestão de Avaliação Multidisciplinar	
<p>Língua Portuguesa: Utilizar pequenos textos para despertar a atenção acerca da diferença entre as etnias e a necessidade de respeito mútuo. Artes: Analisar diferentes imagens que permitam discutir como se estabelecem diferentes padrões estéticos. Geografia: Apresentar e explorar os “lugares de vivência”, chamando atenção para a forma como se constroem particularidades entre diferentes nichos sociais. História: Introduzir as formas de organização social que sustentam a divisão social do trabalho, permitindo pensar ideias como a “escravidão”, associada ao conceito de “raça”. Ensino Religioso: Demonstrar e explorar a diversidade de tradições religiosas como algo enriquecedor e não como um fator desidratante.</p>	<p>Língua Portuguesa, História e Ensino Religioso: produção de pequenos textos biográficos com base em pesquisa familiares. Apresentação oral da mesma e produção de mural com os textos. Artes e Geografia: Exploração do bairro ao redor da escola. Produção de desenhos sobre a região. MÊS DA CONSCIÊNCIA NEGRA: articulação entre os diferentes componentes. Escolha de uma personalidade homenageada para o mês. Em redor dessa escolha devem-se promover: pesquisa biográfica (história), releituras em diferentes formatos (artes), discussão sobre a diversidade de costumes, a variar segundo dados biográficos (Ensino Religioso) e produção textual (língua portuguesa). A culminância pode ocorrer com a combinação, previamente orquestrada, dos diferentes trabalhos.</p>	
<p>Período de realização – A sugestão é: a cada bimestre escolher um dos temas (racismo, sexismo, questões de classe e questões religiosas) como possibilidade de discussão transversal e atrelar a atividade dela decorrente à um dos instrumentos avaliativos, como forma de garantir feedback proporcional.</p>		

Mês da Água: “A essência da vida”

Justificativa	Público-alvo	Componentes Curriculares
A Lei Municipal N° 4431, de 2017, instituiu a semana da água. Tendo como objetivos, entre outros, a promoção de conscientização quanto ao uso adequado, a divulgação das políticas de gerenciamento e o estímulo às práticas de proteção dos recursos hídricos, promovem igualmente a possibilidade de discutir de forma mais intensivas nas Unidades de Ensino a importância da preservação dos recursos naturais e uma série de temas a ele associados que permitem enriquecer o ganho acadêmico dos estudantes da rede.	Alunos de 6° ao 9° anos	Ciência; Geografia.
	Objetivo geral Promover a compreensão da importância da proteção dos recursos hídricos e estimular medidas pessoais e coletivas de preservação ambiental.	Habilidades da BNCC (EF06CI01), (EF07CI07), (EF08CI01,16), (EF09CI12, 13); (EF06GE10, 11, 12), (EF07GE11, 12), (EF08GE15, 16, 17), (EF09GE 16, 17, 18);
Descrição – Tema: “A essência da vida: a importância da preservação dos mananciais”.	Avaliação Multidisciplinar	
Ciências: desenvolver aula prática sobre processo de filtragem, transformação da água comum em água potável; Criação de painel explorando os sintomas e as causas reais dos problemas que o Planeta enfrenta atualmente com a poluição e falta de água; Desenvolver maquete de usina hidrelétrica e demonstrar a importância do desenvolvimento de outras matrizes energéticas; Geografia: Desenvolver mapeamento dos principais recursos hídricos da cidade. Desenvolver mapeamento das principais áreas de floresta da cidade. Sugestão: uso do Google Maps ou Google Earth.	Ciências e geografia: produção de relatórios e apresentações orais; construção de horta ou jardim vertical; construção de maquete e painel para exibir as pesquisas sobre os recursos naturais da cidade.	
Período de realização: especial, mas não exclusivamente, março.		

Mês da Água: “A essência da vida”

Justificativa	Público-alvo	Componentes Curriculares
A Lei Municipal Nº 4431, de 2017, instituiu a semana da água. Tendo como objetivos, entre outros a promoção de conscientização quanto ao uso adequado, a divulgação das políticas de gerenciamento e o estímulo às práticas de proteção dos recursos hídricos, promove igualmente a possibilidade de discutir de forma mais intensivas nas Unidades de Ensino a importância da preservação dos recursos naturais e uma série de temas a ele associados que permitem enriquecer o ganho acadêmico dos estudantes da rede.	Alunos de 6º ao 9º anos	Ciência Geografia
	Objetivo geral	Habilidades da BNCC
	Promover a compreensão da importância da proteção dos recursos hídricos e estimular medidas pessoais e coletivas de preservação ambiental.	(EF01CI01); (EF01GE10); (EF02CI05); (EF02GE11) (EF03CI05-07-10); (EF03GE08-09-10-11) (EF04CI03); (EF04GE09-11); (EF05CI02-04-05); (EF05GE11-12);
Descrição – Tema: “A essência da vida: a importância da preservação dos mananciais”.	Avaliação Multidisciplinar	
Ciências: desenvolver aula prática sobre processo de filtração, transformação da água comum em água potável; Criação de painel explorando os sintomas e as causas reais dos problemas que o Planeta enfrenta atualmente com a poluição e falta de água; Geografia: Explorar o bairro identificando os principais fluxos de água. Estimular que os alunos desenhem a localização	Ciências e geografia: Construção de horta ou jardim vertical; desenho do bairro; construção de painel para exibir os desenhos os recursos naturais do bairro.	
Período de realização: especial, mas não exclusivamente, março.		

Dia Internacional da Mulher			
Justificativa	Objetivo Geral	Público-alvo	
<p>O dia 08 de março é internacionalmente reconhecido como dia da mulher, forma de reconhecer os esforços históricos da busca pela igualdade, sendo diretamente relacionado também à luta contra o machismo, contra o sexismo e à promoção da garantia de direitos. Duas Leis Federais se articulam em torno dessa causa: a Lei Federal 14.164/2021, que inclui conteúdos sobre prevenção da violência contra a mulher e a Lei Federal 11.340/2006 que versa especificamente sobre esse tipo de violência e dá alternativas para sua prevenção e punição. As Leis Municipais 4.788/2001 e 4.800/2021 tratam da obrigatoriedade, respectivamente, do ensino de noções da Lei Maria da Penha e da divulgação dos canais de denúncia em repartições do poder público.</p>	<p>Estabelecer espaços e promover condições para que discussões sérias sejam feitas no sentido de enaltecer e valorizar a singularidade da figura e a importância da contribuição das mulheres na sociedade brasileira.</p>	<p>Turmas de 6º ao 9º anos.</p>	
	Componentes Curriculares	Habilidades da BNCC	
	<p>Língua Portuguesa; Artes; Geografia; História; Ensino Religioso.</p>	<p>(EF69LP06), (EF69LP13), (EF69LP21), (EF69LP23), (EF69LP24); (EF69AR31), (EF69AR33); (EF06GE06-07), (EF07GE05-06), (EF08GE03), (EF09GE03); (EF06HI19), (EF07HI05), (EF07HI12), (EF08HI19-20), (EF09HI08-09), (EF09HI26), (EF09HI36); (EF06ER03), (EF07ER03, 06), (EF08ER01, 06), (EF09ER06);</p>	
Descrição – Tema: Valorização da mulher			
<p>Língua Portuguesa: Explorar textos, em diferentes mídias, sobre a violência contra a mulher e contrastar com notícias sobre a inserção das mulheres no mercado de trabalho. Artes: Destacar o papel das mulheres no contexto artístico brasileiro: quem são e a importância de sua produção. Geografia: Dimensionar o lugar e a atuação da mulher no desenvolvimento do mundo do trabalho no Brasil e no mundo: a configuração das famílias, a mudança na interação e o impacto na sociedade. História: Explorar como a figura feminina foi entendida nos diferentes períodos; particularizar a figura da mulher preta e mãe no regime da escravidão; discutir os direitos políticos (como o voto); a origem da violência como reflexo da dinâmica do poder e intensificar a discussão sobre as diversidades identitárias; Ensino Religioso: Reconhecer e valorizar a diversidade; discutir os princípios éticos que sustentam as diferenças; explorar as políticas públicas que promovem a liberdade de pensamento; enaltecer o princípio universal da dignidade humana.</p>		Sugestão de Avaliação Multidisciplinar	
<p>Período de realização: especial, mas não exclusivamente, mês de março.</p>		<p>Língua Portuguesa e Geografia: produzir texto jornalístico explorando o avanço das mulheres no mercado de trabalho nas últimas décadas. Usar pesquisas quantitativas e montar mural coletivo. Artes e História: criação de painel ilustrativo com histórias sobre mulheres que contribuíram para o avanço das artes e das ciências. Ensino Religioso e Artes: destacar figuras femininas importantes em diferentes tradições religiosas através de releituras. Sugestão: pesquisa, produção de texto e apresentação oral.</p>	

Dia Internacional da Mulher		
Justificativa	Objetivo Geral	Público-alvo
<p>O dia 08 de março é internacionalmente reconhecido como dia da mulher, forma de reconhecer os esforços históricos da busca pela igualdade, sendo diretamente relacionado também à luta contra o machismo, contra o sexismo e à promoção da garantia de direitos. Duas Leis Federais se articulam em torno dessa causa: a Lei Federal 14.164/2021, que inclui conteúdos sobre prevenção da violência contra a mulher e a Lei Federal 11.340/2006 que versa especificamente sobre esse tipo de violência e dá alternativas para sua prevenção e punição. As Leis Municipais 4.788/2001 e 4.800/2021 tratam da obrigatoriedade, respectivamente, do ensino de noções da Lei Maria da Penha e da divulgação dos canais de denúncia em repartições do poder público.</p>	<p>Estabelecer espaços e promover condições para que discussões sérias sejam feitas no sentido de enaltecer e valorizar a singularidade da figura e a importância da contribuição das mulheres na sociedade brasileira.</p>	
	Componentes Curriculares	Habilidades da BNCC
	<p>Língua Portuguesa; Artes; Geografia; História; Ensino Religioso.</p>	<p>(EF15LP01-04) (EF12LP02), (EF01LP02); (EF01LP16); (EF02LP17); (EF15AR03), (EF15AR-11-12); (EF15AR25); (EF01GE01-03-04-06-09); (EF02GE01-02-08); (EF03GE08-09); (EF04GE01-02-03-10); (EF05GE011-02); (EF01HI04-07); (EF02HI01-06-10); (EF03HI07-09-11); (EF03HI01-03-08); (EF05HI01-04); (EF01ER03); (EF02ER03); (EF03ER01-02); (EF04ER01-02); (EF05ER01);</p>
Descrição – Tema: Valorização da mulher		
<p>Língua Portuguesa: Explorar textos, em diferentes mídias, sobre a violência contra a mulher e contrastar com notícias sobre o determinante papel que as mulheres desempenham em todas as sociedades.</p> <p>Artes: Destacar o papel das mulheres no contexto artístico brasileiro: quem são e sua importância.</p> <p>Geografia: Dimensionar o lugar e a atuação da mulher no desenvolvimento do mundo do trabalho no Brasil e no mundo: a configuração das famílias, a mudança na interação e o impacto na sociedade.</p> <p>História: Explorar como a figura feminina foi entendida nos diferentes períodos; particularizar a figura da mulher preta e mãe no regime da escravidão; discutir os direitos políticos (como o voto); a origem da violência como reflexo da dinâmica do poder e intensificar a discussão sobre as diversidades identitárias;</p> <p>Ensino Religioso: Reconhecer e valorizar a diversidade; discutir os princípios éticos que sustentam as diferenças; explorar as políticas públicas que promovem a liberdade de pensamento; enaltecer o princípio universal da dignidade humana.</p>	Sugestão de Avaliação Multidisciplinar	
	<p>Língua Portuguesa e Geografia: produzir pequenos textos que destaquem a mulher em diferentes funções sociais.</p> <p>Artes e História: criação de painel ilustrativo com histórias sobre mulheres que contribuíram para o avanço das artes e das ciências.</p> <p>Ensino Religioso e Artes: destacar figuras femininas importantes em diferentes tradições religiosas através de releituras. Sugestão: pesquisa, produção de texto e apresentação oral.</p>	
<p>Período de realização: especial, mas não exclusivamente, mês de março.</p>		

Ensino de noções da Lei Maria da Penha

Justificativa	Público-alvo	Componentes Curriculares
A Lei 4.788/2021 institui o Programa Não é Não através do qual, em âmbito municipal, se torna obrigatório, nas Unidades de Ensino Fundamental municipais, contribuir para a divulgação da Lei 11.340/06, impulsionar reflexões sobre o combate à violência contra a mulher e conscientizar discentes e docentes quanto ao respeito aos Direitos Humanos, em especial a igualdade de gênero, prevenindo a violência contra a mulher. Segundo a Lei, Art. 5º, as noções da Lei Maria da Penha devem ser contempladas, em especial, nas áreas de Língua Portuguesa e História.	Alunos de 6º ao 9º anos	Língua Portuguesa; História.
	Objetivo geral	Habilidades da BNCC
	Cumprir a obrigatoriedade prevista na Lei Municipal N° 4.788/2021 e estimular o pensamento crítico e o bem-estar de alunas e alunos no ambiente escolar e fora dele.	(EF69LP06), (EF69LP13), (EF69LP21), (EF69LP23), (EF69LP24); (EF06HI19), (EF07HI05), (EF07HI12), (EF08HI19-20), (EF09HI08-09), (EF09HI26), (EF09HI36);
Descrição – Tema: Noções da Lei Maria da Penha	Sugestão de Avaliação	
<p>Língua Portuguesa: Explorar o texto integral da Lei Federal 11.340/06. Promover apresentação e debate sobre ela. Utilizar referências biográficas para ampliar o conhecimento dos discentes quanto ao caso. Estimular processos de escrita criativa tanto no que diz respeito aos dados biográficos da personalidade citada quanto ao texto normativo da Lei.</p> <p>História: Solicitar pesquisa sobre a mulher que deu nome à referida Lei, permitindo debate sobre as origens da violência na sociedade contemporânea, em especial a violência de gênero, e explorando avanços e retrocessos na promoção dos direitos civis no Brasil.</p>	<p>Língua Portuguesa: 1. Produção de texto jornalístico explorando as condições que levaram à existência da Lei Maria da Penha até a situação atual, 16 anos após a promulgação.</p> <p>2. Pesquisa e redação biográfica sobre a vida de Maria da Penha.</p> <p>História: Pesquisa sobre violência doméstica e feminicídio no Brasil nas últimas duas décadas. Apresentação em formato de seminário sobre os resultados.</p>	
Período de realização: especial, mas não exclusivamente, nos meses de março, maio e agosto.		

Ensino de noções da Lei Maria da Penha

Justificativa	Público-alvo	Componentes Curriculares
A Lei 4.788/2021 institui o Programa Não é Não através do qual, em âmbito municipal, se torna obrigatório, nas Unidades de Ensino Fundamental municipais, contribuir para a divulgação da Lei 11.340/06, impulsionar reflexões sobre o combate à violência contra a mulher e conscientizar discentes e docentes quanto ao respeito aos Direitos Humanos, em especial a igualdade de gênero, prevenindo a violência contra a mulher. Segundo a Lei, Art. 5º, as noções da Lei Maria da Penha devem ser contempladas, em especial, nas áreas de Língua Portuguesa e História.	Alunos de 1º ao 5º anos	Língua Portuguesa; História.
	Objetivo geral	Habilidades da BNCC
	Cumprir a obrigatoriedade prevista na Lei Municipal N° 4.788/2021 e estimular o pensamento crítico e o bem-estar de alunas e alunos no ambiente escolar e fora dele.	(EF15LP01-04) (EF12LP02), (EF01LP02); (EF01LP16); (EF02LP17); (EF01HI04-07); (EF02HI01-06-10); (EF03HI07-09-11); (EF03HI01-03-08); (EF05HI01-04);
Descrição – Tema: Noções da Lei Maria da Penha		Sugestão de Avaliação
<p>Língua Portuguesa: Utilizar diferentes linguagens (escrita, oral e visual) para ilustrar a história de Maria da Penha e desenvolver diálogos sobre a Lei, sua importância e sua aplicação.</p> <p>História e Artes: Explorar e apresentar diferentes figuras femininas, sobretudo a própria Maria da Penha, promovendo conversas sobre o lugar que a mulher ocupa na sociedade, sua igualdade em relação aos homens e a importância de preservar seus direitos.</p>		<p>Língua Portuguesa: Produção de pequenos textos sobre mulheres (mãe, avó, tias, professoras), destacando suas diferenças, suas similaridades e a importância do lugar que ocupam.</p> <p>História: Produzir, em diferentes linguagens, relatos sobre a Lei Maria da Penha e estimular a interação dos alunos com as mesmas.</p>
Período de realização: especial, mas não exclusivamente, nos meses de março, maio e agosto.		

Cronograma dos Projetos e Atividades da Secretaria Municipal de Educação, Ciência e Tecnologia.

1º SEMESTRE				
JANEIRO		FEVEREIRO		
02	Retorno da SMECT;	01	Retorno dos profissionais da educação.	
02 a 14	Planejamento interno;	02 a 03	Encontro com professores. Apresentação e discussão com o professor do Guia Orientador do Trabalho Pedagógico 2023 - discutindo o trabalho com a BNCC.	
16	Reabertura das escolas;	06	Início do ano letivo.	
		6 a 17	Programa Saúde na escola - Parceria com Secretaria de Saúde. Projeto: “Três Rios contra a Dengue”.	
25	Reunião de gestores;	20 a 24/2	Recesso e feriado de carnaval.	
26	Reunião equipe de suporte pedagógico: Orientador Pedagógico e Supervisor Educacional.	Durante todo o mês	Gravidez na adolescência em parceria com a Secretaria de Saúde.	
MARÇO		ABRIL		
JO01 a17	Dia internacional da mulher – Semana escolar de combate à violência contra a mulher (Lei Maria da Penha) em parceria com o CEAM e Patrulha Maria da Penha - Projeto: Valorização da Mulher e Noções da Lei Maria da Penha.	Durante todo o mês	Bullying Cyberbullying Combate a todos os tipos de violência. - Projeto: Bullying não é brincadeira (Dia 07) Dia nacional de combate ao Bullying e à violência na escola.	
06 a 10	Avaliação diagnóstica do 1º ao 9º ano de escolaridade.			
20 a 31	Mês da água em parceria com a Secretaria de Meio Ambiente e SAAETRI - Projeto: Água - essência a vida	10 a 12	Simulado SAEB do 5º e 9º ano de escolaridade.	
		13 a 15	Feira de Educação e Artes de Três Rios (FEATRI).	
MAIO		JUNHO		
Durante todo o mês	(Dia 18) Dia Nacional de combate à violência sexual contra criança e adolescente. - Projeto: Direitos Humanos.	Durante todo o mês	(Dia 12) Dia nacional contra o trabalho infantil - Parceria com Assistência Social.	
15 a 18	Simulado SAEB do 5º e 9º ano de escolaridade.	12 a 16	Simulado SAEB do 5º e 9º ano de escolaridade.	
22 a 26	Semana de combate a violência no trânsito – Atenção pela vida.	01 e 02/ 05 a 07	Semana do Meio Ambiente.	
			JULHO	
		03 a 07	Avaliação diagnóstica do 1º ao 9º ano de escolaridade.	
		17 a 28	Recesso	
2º SEMESTRE				
AGOSTO		SETEMBRO		
Durante todo o mês	Agosto Lilás - Campanha de Combate à Violência contra Mulher; Noções da Lei Maria da Penha; Canais de denúncias Projeto: Valorização da Mulher e Noções da Lei Maria da Penha.		Desfile Cívico no Centro.	
Durante todo o	(Dia 24) Dia municipal de combate ao abuso sexual de crianças e adolescentes.			

mês			
14 a 18	Simulado SAEB do 5º e 9º ano de escolaridade.		
OUTUBRO		NOVEMBRO	
02 a 06	Simulado SAEB do 5º e 9º ano de escolaridade.	1 e 3	Avaliação SAEB (aplicação)
18 a 21	Feira de Ciência e Tecnologia de Três Rios.	06 a 24	Mês da Consciência Negra
23 a 27	Avaliação diagnóstica do 1º ao 9º ano de escolaridade.	DEZEMBRO	
23 a 27/ 30 e 31	Avaliação SAEB (aplicação)		Formaturas, festa do livro e festa de encerramento nas escolas.

Cape Itinerante Bemposta



Psicopedagoga: Paula Rinaldi
Coordenadora: Alessandra Satiro

Objetivos: Atender os alunos com dificuldades de aprendizagem na leitura e escrita e reduzir a dificuldade de acesso ao atendimento individualizado e especializado.

Etapas: O projeto foi dividido em 5 etapas / 1º etapa=sondagem com os alunos / 2º etapa= reunião com os familiares para apresentação da funcionalidade do projeto e sua importância / 3º etapa= Início dos atendimentos / 4º etapa=Reavaliação / 5º=Devolutiva para a escola

Número de crianças atendidas: 30

Alunos atendidos da Guilhermina Guinle:

Larissa Rezende

Endrius Machado

João Lucas Santos Rocha

Alice da Silva Ramos

Jacó da Costa

Davi dos Passos

Gabriel Amanso

Pyerre Nascimento

Bernardo

Daniel

Kayque Dias A. Matos (Muitas faltas)

Ana Vitória (Muitas faltas)

Josué Ameida

Alisson Rezende

Esther

Cristian

Alunos atendidos da E.M.M. de Salamanca :

Maria Ysabela

Antônio Oliveira

João Guilherme

Maria Letícia

Ruan

Samira

Gabriel Alexandre

Kaio

Davi silva

Matheus da Silva

Abner

Maria Clara

Vitor

Benício

Modalidade

Alunos com maior
aprendizagem
atendimentos individuais
abordagem sistêmica
acordo com a ciência
leitura

Alunos com menor
aprendizagem fornecida
coletivamente com
sistemática, revisão
educacional

Atividades

Nomeação automática rápida
(do simples ao complexo)

Corrigir palavras erradas

Completar um texto simples com
palavras

Estratégias de direcionamento de
produção textual

Leitura de texto silenciosa seguida da
leitura em voz alta.

Manipulação de fonemas
E outras

Resultados:

dimentos previstos: 13
dimentos ocorridos: 9

para a automatização e
ação de letras e sílabas.

rita de palavras simples e
complexas

tura de palavras simples

o de regras ortográficas

Exemplos

pra - gra - fra -
 flu - glu - plu -
 cri - pri - dri -
 clo - plo - rlo -
 par - far
 fur - mur
 pis - tes -
 dis - lis -
 fam - tam
 lon - tem -

Introdução: Começo da história. Use: Era uma vez, Um Hoje... No sábado... Diga onde você está, com quem, estava sentindo.

O CARANGUEJO TUTI MORAVA ENTRE AS RO-
 MAS ELE NÃO TINHA UMA _____ E PO-
 PARA O OUTRO. NA MARÉ BAIXA, SE ENTERR-
 SUBIA, O CARANGUEJO IA ATÉ AS ROCHAS M-
 UM DIA, TUTI SUBIU EM UMA ROCHA E ENCC-
 QUE DISSE:
 - FORA DAQUI! EU CHEGUEI PRIMEIRO. VOCÊ
 FEIO!
 - SE ME DEIXAR FICAR, VOU TE CONTAR COM-
 VERDE - RESPONDEU TUTI.
 A CURIOSA ESTRELA PAROU PARA OUVIR A F-
 - UM BELO DIA, EU ESTAVA PASSEANDO, QU-
 COMEU. POUCO A POUCO, EU FUI FICANDO
 DEPOIS DE ALGUM TEMPO O PEIXE PEGOU U-
 QUANDO ELE _____ E MI-
 CARANGUEJO. E AGORA EU TENHO ESSA COI-

ESPIRROU	PEQUENO	CA
MAR	ESTRELA-DO-MAR	CA
	TAMBÉM	

profeso
 pensente
 vendendo
 cambalhota
 plástico

_____ A _____ A
 _____ A _____ A
 _____ A _____ A

empilhadeira
 tesouro
 assucarreiro
 trambolim
 mostarda
 caveteira

Introdução: Começo da história. Use: Era uma vez, Um dia... Em uma tarde ou manhã...
Hoje... No sábado... Diga onde você está, com quem, o que estava fazendo e como estava sentindo.

Eu estava em um momento muito bom na vida. Eu estava com muita alegria e eu estava com muita energia. Eu estava com muita vontade de fazer coisas boas e eu estava com muita vontade de ajudar os outros. Eu estava com muita vontade de aprender coisas novas e eu estava com muita vontade de crescer. Eu estava com muita vontade de ser feliz e eu estava com muita vontade de fazer a diferença.

Eu aprendi muito Bem
Eu melhorei muito e fui
Bem de mais tudo que eu
aprendi foi muito interessante
e legal e me ajudou Bem
mais do que eu era antes.
Você Foi muito Bem Para
incansar. Foi muito Bem fazer
refogo com você ana Paula

Intervenção clínica pra dislexia

Tipos

Botton up

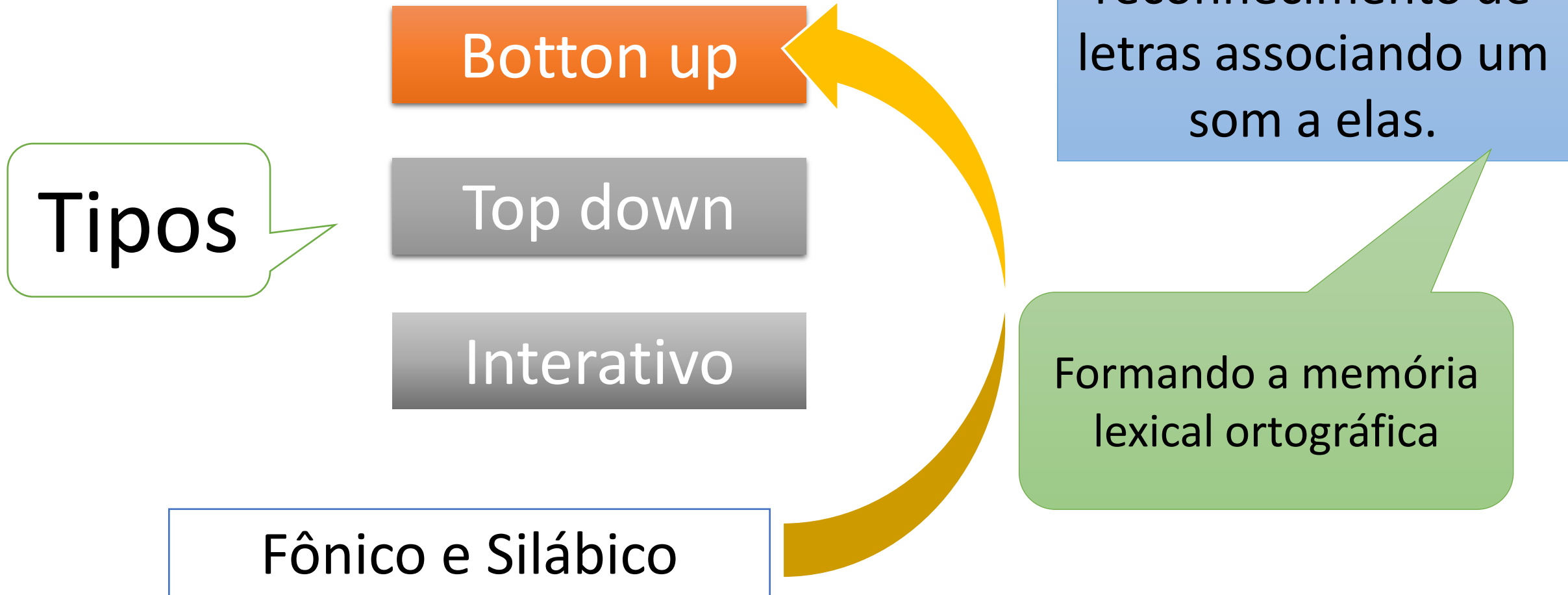
Top down

Interativo

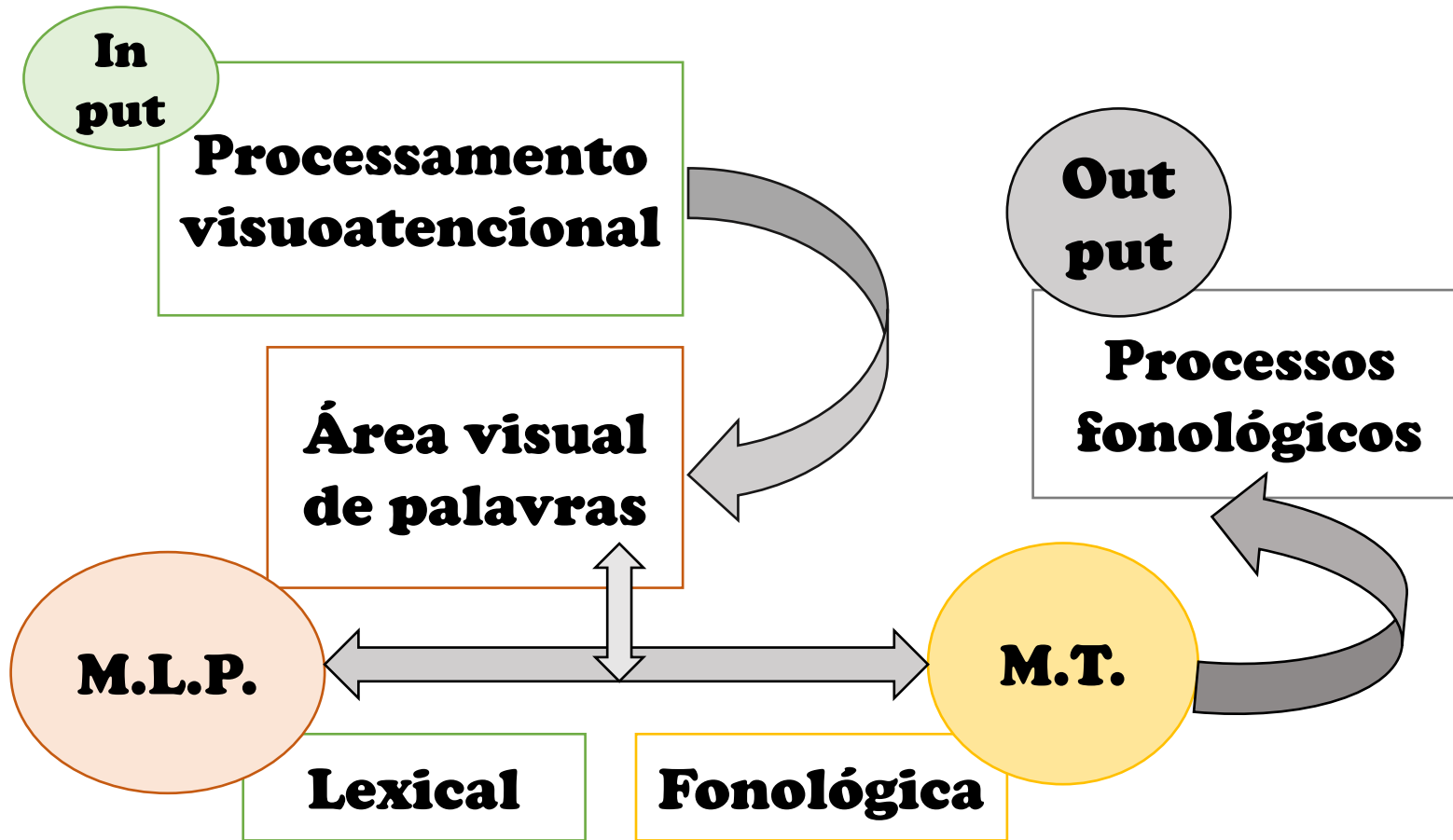
Fônico e Silábico

Estimula o córtex para o reconhecimento de letras associando um som a elas.

Formando a memória lexical ortográfica



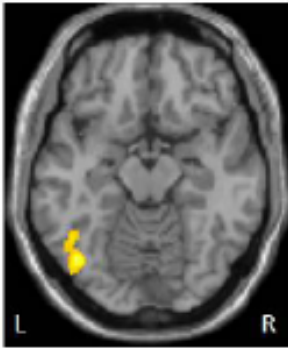
Como a criança aprende a ler?



Recursos cognitivos e linguísticos

Análise sintática, integração semântica, compreensão (MORAIS, 2014).

O que faz esta região antes de aprender a ler?



Entre os analfabetos, ela responde maciçamente aos rostos (e também aos artefatos e aos tabuleiros de xadrez).

Sua resposta aos rostos decresce com a competência em leitura.

Os rostos se deslocam em direção ao hemisfério direito.

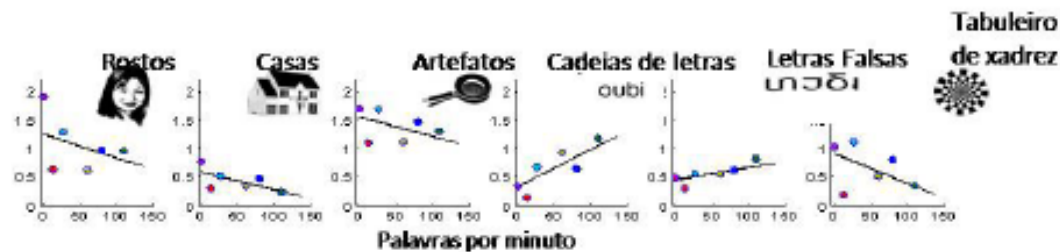


Figura 6 – Decréscimo da ativação na “caixa das letras” do cérebro para o reconhecimento de rostos e artefatos e acréscimo para o reconhecimento da palavra escrita.



a região occipitotemporal ventral esquerda (a “caixa das letras” do cérebro, VWFA) já aparece ativada para as palavras escritas no curso do primeiro ano de aprendizagem, predizendo os escores de leitura das crianças, enquanto o processamento dos rostos, paralelamente, se organiza e se instala preferencialmente no hemisfério direito.

Reciclagem neuronal

Quando se aprende a ler, áreas do cérebro que antes eram utilizadas para processar outros estímulos (ex., reconhecer faces e objetos) passam a constituir uma nova área especializada, a chamada Área da Forma Visual das Palavras (Visual Word Form Area - VWFA), que responde principalmente ao processamento visual de letras e palavras escritas (Dehaene, 2012).



Dehaene denominou “reciclagem neuronal” essa capacidade dos neurônios para aprender, resultado da No curso de aprendizagens como a leitura, os neurônios localizados nesta região precisam aprender a bloquear os mecanismos cerebrais subjacentes à generalização em espelho a fim de favorecer o reconhecimento das diferenças relevantes entre as direções dos traços, quando processam as palavras escritas. Bastante interessante, contudo, essa capacidade precisa coabitar com a generalização em espelho dos neurônios visuais para reconhecer outra imagens.



Reciclagem neuronal

“[...] invasão parcial ou total de territórios corticais inicialmente alocados para uma função diferente, pelo novo objeto cultural



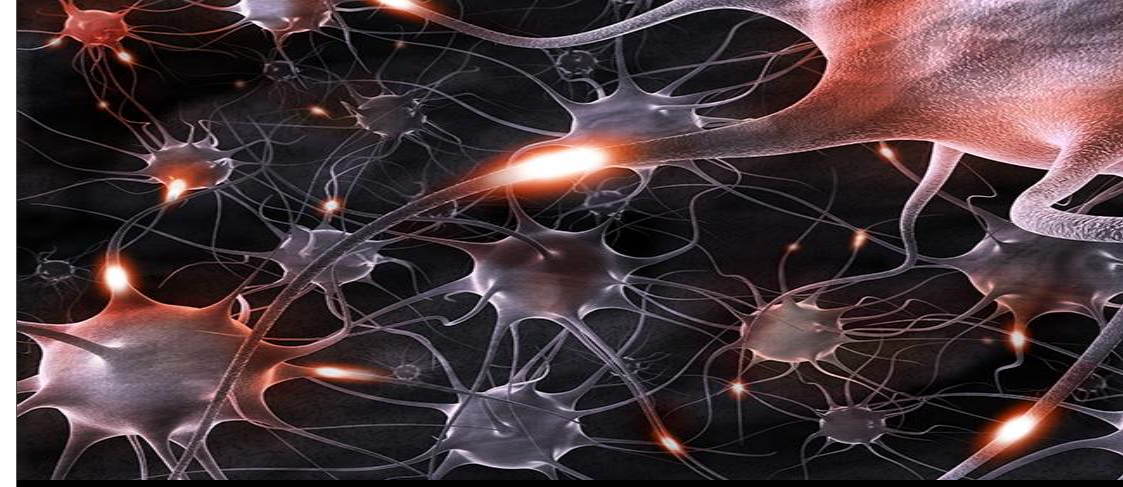
Os neurônios da região occipitotemporal ventral esquerda, depois de serem reciclados, têm a capacidade de reconhecer uma letra como a mesma apesar de suas múltiplas variantes. Não importa se a fonte estiver em

CAIXA ALTA, caixa baixa, **negrito**, *itálico*,
sublinhado ou **manuscrita**

Letras em espelho Graças à plasticidade dos neurônios humanos, é-lhes possível serem reciclados (Dehane, 2012) (e diferenciadas)

Mas se o método não for adequado?

Os estudantes vão continuar a mostrar suas dificuldades iniciais, sendo frequentemente rotulados como disléxicos.



p d q b

a e

u v n m

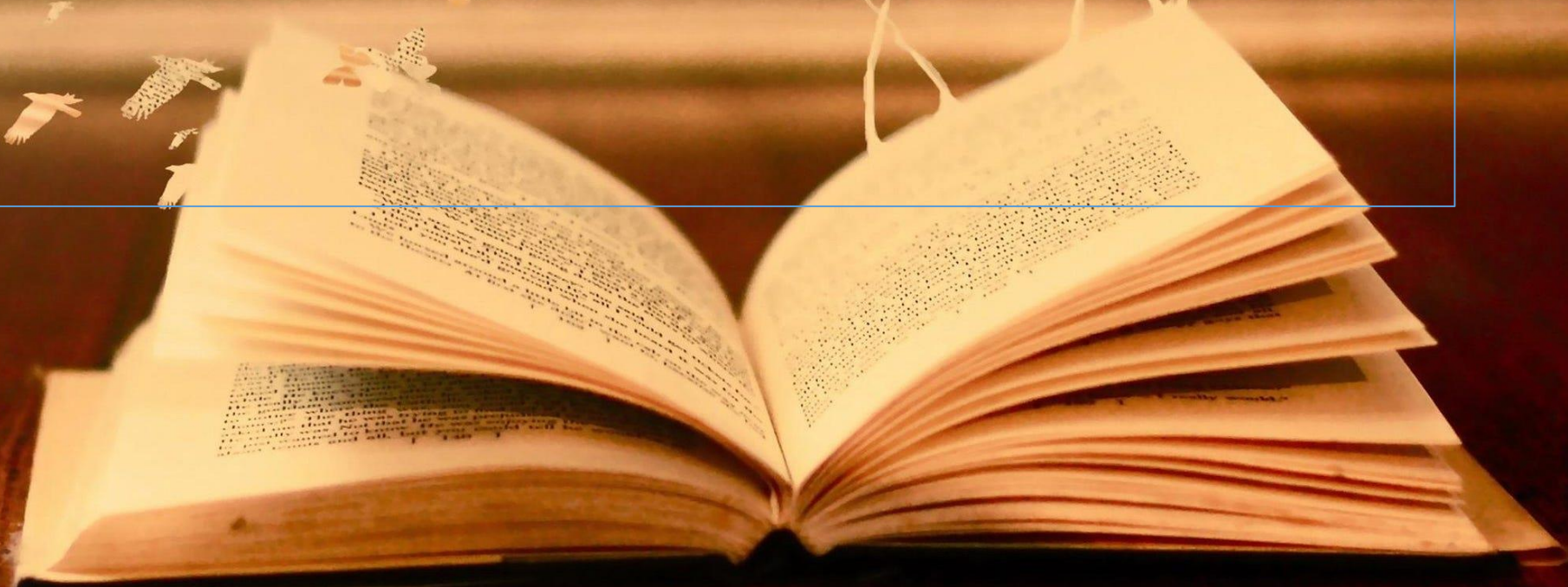
f t

No método global, a palavra escrita seria reconhecida por sua configuração, ativando somente o hemisfério direito
FARTA x farta (Dehaene *et cols.*, 2004).

Crianças que não aprenderam os princípios do sistema alfabético e somente reconhecem logotipos como Coca-Cola: somente a região no hemisfério direito é iluminada durante os experimentos e não a região occipitotemporal ventral esquerda.



*Primeiro aprendemos a ler, depois
lemos para aprender*



Atividades da escola

Professores para melhor organização das atividades de nossa escola elaboramos um cronograma para o primeiro semestre

1º Bimestre

Fevereiro

Data	Atividade
21	Reunião Pedagógica
28	Reunião de pais 1º ao 9º ano
1/3	Reunião pais da Educação Infantil

Março

Data	Atividade
05	Formação de Professores do Pré-escolar
06	Formação de Professores do 1º e 2º ano
1 a 8	Semana escolar de combate a violência contra a Mulher (lei Maria da Penha) – (Usar textos, filmes, inserindo o tema nas atividades do planejamento)
14	Avaliação Diagnóstica da Rede Municipal
20	Reunião pedagógica 2º turno
22	Reunião pedagógica 1º turno
18 a 27	Semana da água (Usar textos, filmes, inserindo o tema nas atividades do planejamento)
22	Professor entrega do Plano de dependência para Orientadora
22	Entrega do PDI finalizado
25 a 27	Apresentação do PDI para os responsáveis
25 a 27	Reunião de Pais de alunos com dependência para entrega do plano de dependência
27	Celebração de Páscoa

Abril

Data	Atividade
09	Formação de Professores do Pré-escolar
10	Formação de Professores do 1º e 2º ano
8 a 12	Semana de combate ao bullying e a violência na escola (Usar textos, filmes, inserindo o tema nas atividades do planejamento)
12	1º ao 5º entrega de modelo de avaliação para orientadora Entrega do modelo de avaliação de dependência para Orientadora
15 a 26	Avaliações do 1º bimestre
29	Avaliação de Dependência
30	Conselho de Classe

2º Bimestre

Maio

Data	Atividade
10	Comemoração do dia das mães
10	Professor entrega do Plano de dependência para Orientadora (Em casos que o alunos não conseguiu no 1º bimestre)
11	Formação para professores do Pré escolar, 1º e 2º anos.
11	Sábado Letivo (referente a sexta-feira)
13 e 14	Reunião de pais do 1º bimestre para entrega de avaliações e boletins.
16 a 20	Semana de combate a violência sexual contra criança e adolescente (Usar textos, filmes, inserindo o tema nas atividades do planejamento)
22	Reunião Pedagógica
23	Esquenta SAEB para turmas de 4º, 5º,8º e 9º anos
20 a 27	Semana de combate a violência no trânsito (Usar textos, filmes, inserindo o tema nas atividades do planejamento)

Junho

Data	Atividade
3 a 7	Semana do Meio ambiente
10 a 14	Semana de Combate ao trabalho Infantil (Usar textos, filmes, inserindo o tema nas atividades do planejamento)
14	1º ao 5º entrega de modelo de avaliação para orientadora Entrega do modelo de avaliação de dependência para Orientadora
17 a 28/6	Avaliações do 2º bimestre
20	Avaliação Formativa da Rede Municipal
20 a 23	FEATRI
22	Formação para professores do Pré escolar, 1º e 2º anos.
22	Sábado Letivo (referente a segunda-feira)

Julho

Data	Atividade
2 a 4	Avaliação de Fluência Leitora do 1º e 2º ano
1 a 9	Recuperação Paralela
11	Conselho de Classe
15 a 26	Recesso
29	Retorno



Escola Estadual Municipalizada Guilhermina Guinle
E-mail: escolaguilherminaguinle@bol.com.br
Rua Werneck, 302 Bemposta.
Três Rios RJ – CEP: 25.840-000.
Tel.: (24) 2258-2138



Plano de Dependência

- Exercícios de avaliação e cumprimento do plano de dependência – 5 pontos
- Avaliação (de acordo com o plano de dependência) – 5 pontos
- Devem ser selecionadas as principais habilidades do ano de escolaridade da dependência

Objetivos de aprendizagem que serão trabalhados:

Apresentação

Exercícios de fixação

Exercícios de avaliação